



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – TRINDADE – CAIXA POSTAL 476
CEP. 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

REMI FELIPE HOFFMANN

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON / PR**

Florianópolis
2005

REMI FELIPE HOFFMANN

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON / PR

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Engenharia de
Produção do Departamento de
Engenharia de Produção e Sistemas da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Orientador: João Helvio Righi
Oliveira, Dr.

Florianópolis
2005

REMI FELIPE HOFFMANN

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON / PR**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a
obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção**
no **Programa de Pós-Graduação em**
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 16 de Março de 2005.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Ph.Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Helvio Righi Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof. Adriano Mendonça Souza, Dr.
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Luis Felipe Dias Lopes, Dr.
Universidade Federal de Santa Maria

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (in memoriam), por tudo.
Aos meus irmãos, pela amizade.
A Márcia, esposa e companheira, pela
compreensão e carinho.
Ao lago, meu maior patrimônio.

AGRADECIMENTOS

Ao professor **Dr. João Helvio Righi Oliveira**, pelas orientações, críticas e sugestões realizadas ao longo deste trabalho, que foram fundamentais para a conclusão do mesmo.

Aos **meus familiares**, que sempre me incentivaram em todos os aspectos durante a vida.

A **DEUS**, razão de toda a criação e existência.

RESUMO

HOFFMANN, Remi Felipe. **Desenvolvimento Rural Sustentável: o caso de Marechal Cândido Rondon/PR**. Florianópolis, 2005. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em engenharia de produção, UFSC, 2005 105 p.

As administrações públicas municipais estão a cada dia com mais atribuições e responsabilidades, quer seja por delegação do Governo Federal e Estadual, ou pela prática da cidadania que a comunidade vem exercendo, ou pelo aumento do nível de conscientização da população, através de cobranças, exigência de participação no processo, necessidade por estarem mais próximos do poder público. O objetivo deste trabalho é propor um modelo de gestão para avaliar, através da aplicação do método M.A.I.S - Método de avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional, a sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural. A pesquisa exploratória qualitativa, através da análise dos dados levantados, permite fazer algumas considerações sobre a sustentabilidade das políticas públicas rurais do município de Marechal Cândido Rondon. A pesquisa busca contribuir para a elaboração de um planejamento municipal sustentável, em todos os aspectos avaliados. Com a avaliação dos indicadores de sustentabilidade, puderam-se fazer algumas ponderações e sugestões para a melhoria nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, visando à busca da sustentabilidade para o setor rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade, políticas públicas, planejamento municipal.

ABSTRACT

HOFFMANN, Remi Felipe. **Desenvolvimento Rural Sustentável: o caso de Marechal Cândido Rondon/PR.** Florianópolis, 2005. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em engenharia de produção, UFSC, 2005 105 p.

The Municipal Public Administration acquires, each day that goes by, more tasks and responsibilities, whether it is by the delegation of the Federal and State Government or by the practice of citizenship that the community started to exert or by the increase of the population level of awareness or through internal and external pressure or by the population participative process in the decisions or by the necessity to approach population and public power. The objective of this work is to evaluate, through the application of M.A.I.S. method, - Evaluation Method of organizational self-sustenance indicators -, the supportability of public politics for the rural sector, in the city of Marechal Candido Rondon. The qualitative exploratory research, through the analysis of the found out data and the half-structured interviews, allows the study of some considerations about the supportability of rural public politics of the city. This study aims to contribute for the elaboration of a supportable municipal planning in all the evaluated aspects of self-sustenance. From the result of the evaluation of the self-sustenance indicators applying the method it was possible to make some balances and proposals of improvement for the city in economic, social, environmental and cultural aspects having in view the supportability to the rural sector.

Keywords: supportable development, self-sustenance indicators, public politics and municipal planning.

SUMÁRIO

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Contextualização.....	12
1.2 Definição do Problema a Ser Estudado	14
1.3 Objetivos.....	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos	14
1.4 Delimitação do Tema	15
1.5 Justificativa.....	15
1.6 Estrutura do Trabalho.....	16
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SISTEMAS DE	
GESTÃO	18
2.1 Sustentabilidade.....	18
2.2 Desenvolvimento Rural Sustentável.....	20
2.2.1 Compatibilização Entre o Desenvolvimento Rural Sustentável e o Desenvolvimento Econômico	22
2.3 Sistemas de Gestão	25
2.3.1 A Teoria Geral da Administração e Sua Evolução	25
2.3.1.1 Teoria Estruturalista	29
2.3.1.2 Teoria Comportamental.....	29
2.3.1.3 Teoria do Sistemas	31
2.3.1.4 Teoria da Contingência.....	33
2.3.1.5 Novas Abordagens da Administração	34
2.4 Planejamento	36

2.4.1 Planejamento Participativo Local	37
2.4.1 Planejamento Rural Municipal.....	38
2.5 Políticas Públicas.....	39
2.5.1 Políticas Públicas e a Preocupação Ambiental	43
2.5.2 Políticas Públicas e o Estatuto da Cidade	44
2.6 Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	47
2.6.1 M.A.I.S – Método Para Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Organizacional	47
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	56
3.1 Procedimentos Metodológicos	56
3.1.1 Quanto ao Objetivo	57
3.1.2 Quanto a Abordagem da Pesquisa	57
3.1.3 Quanto a Natureza	58
3.1.4 Quanto aos Procedimentos Adotados.....	58
3.2 Descrição do Estudo.....	59
CAPÍTULO 4 – APLICAÇÃO DA PROPOSTA NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIO RONDON	62
4.1 Histórico do Município de Marechal Cândido Rondon	62
4.2 Levantamento dos Dados Para Análise do Estudo de Caso.....	65
4.2.1 Aspectos Econômicos do Município.....	66
4.2.2 Aspectos Sociais do Município	69
4.2.3 Aspectos Culturais do Município.....	73
4.2.4 Aspectos Ambientais Município	75
4.3 Aplicação do Método Proposto e Interpretação dos Dados	76

4.3.1 Considerações Sobre a Dimensão de Sustentabilidade Social	79
4.3.2 Considerações Sobre Dimensão de Sustentabilidade Ambiental	83
4.3.3 Considerações Sobre Dimensão de Sustentabilidade Econômica	86
4.3.4 Considerações Sobre Dimensão de Sustentabilidade Cultural	90
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	94
5.1 Conclusões com Relação aos Objetivos Propostos	94
5.2 Conclusões com Relação às Políticas Públicas	95
5.3 Recomendações Para o Poder Público Municipal	96
5.4 Recomendações Para Trabalhos Futuros.....	99
BIBLIOGRAFIA.....	100
ANEXO A	103

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01:	As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável	19
FIGURA 02:	Habilidades administrativas necessárias nos vários níveis da organização	27
FIGURA 03:	A hierarquia das necessidades humanas de Maslow	30
FIGURA 04:	Parâmetro do sistema	32
FIGURA 05:	Abordagem contingencial	33
FIGURA 06:	Representação das dimensões e valoração que o método prescreve	54
FIGURA 07:	Representação gráfica da dimensão social	55
FIGURA 08:	Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo as quatro dimensões propostas	78
FIGURA 09:	Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão social	79
FIGURA 10:	Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão ambiental	83
FIGURA 11:	Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão econômica	86
FIGURA 12:	Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão cultural	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Esquema comparativo das teorias administrativas	28
QUADRO 02: Correlação entre os critérios de análise segundo a visão de Sachs, do PNQ e Dow Jones e os indicadores para análise de sustentabilidade	48
QUADRO 03: Método proposto para análise de sustentabilidade	49
QUADRO 04: Escala para a avaliação e valoração da sustentabilidade do negócio	50
QUADRO 05: Pontuação e significado dos critérios de análise.....	50
QUADRO 06: Método de análise das dimensões.....	51
QUADRO 07: Pontuação obtida pela organização e as faixas de sustentabilidade propostas	52
QUADRO 08: Volume de produção e agregação de valor da produção municipal....	66
QUADRO 09: Situação da criação de suínos no município	68
QUADRO 10: Participação % do VBP e IDH-M dos municípios.....	70
QUADRO 11: População rural e índice de alfabetização no município	70
QUADRO 12: Distribuição das propriedades rurais por tamanho	71
QUADRO 13: Quantidade de agricultores atendidos em 2003, por modalidade de serviço.....	72
QUADRO 14: População rural, nível de escolaridade e serviços de saúde.....	73
QUADRO 15: Aplicação do método para análise de sustentabilidade das políticas públicas rurais	77

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O relatório das Nações Unidas de 2001 diz que: “instituições como o Banco Mundial reconheceram que a pobreza não é simplesmente falta de renda e sim falta de acesso a alimentos, água pura, educação e outros serviços que impactam as oportunidades dos pobres”. Para Christopher (2002 p. 50), complementando diz que: “faz-se necessário que todos, sociedade civil organizada, entidades de classe, empresas e cidadãos dêem sua contribuição para gerar uma melhor distribuição de renda e qualidade de vida sem agredir o meio ambiente”.

O grande desafio dos governantes, principalmente os do poder público municipal, por estarem diretamente envolvidos com a comunidade, é desenvolver políticas públicas capazes de melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento sustentável tendo como premissa a coexistência pacífica do homem e do meio ambiente. O momento é propício para uma reflexão crítica sobre a forma de produção e consumo, responsáveis pelos problemas gerados ao homem e a natureza. O setor agrícola, como fonte produtora da grande maioria dos alimentos consumidos, tanto na agricultura como nos centros urbanos, exerce papel fundamental nesta escalada.

No Brasil, mais especificamente na região Oeste do Estado do Paraná, a forte presença colonizadora, inicialmente encontrou solos ricos e abundantes, mas a exploração sem planejamento e o binômio “trigo-soja” foram exaurindo rapidamente os solos. O diagnóstico rural, pelo censo do IBGE em 1991, apresentava uma situação em que a população rural dos Municípios paranaenses

representava 36,31% do total, enquanto que em 2000 representava apenas 18,59% da população do Estado. A concentração da renda e o desestímulo dos agricultores, aliado a diminuição da fertilidade dos solos e a descapitalização dos agricultores, gerou dificuldades, ameaçando a capacidade de sobrevivência no campo, tendo como consequência o êxodo rural. A falta de assessoria técnica, a exploração do mercado sobre o custo dos insumos e a desvalorização dos produtos agrícolas foram fatores que dificultavam a mobilização das famílias rurais. Além disso, o sistema tradicional de exploração implantado há anos vinculava os pequenos agricultores a tecnologias e insumos caros, tornando-os dependentes e sem capacidade própria de gerenciamento. Para reverter este quadro, torna-se necessária à mobilização dos produtores rurais e a implantação de políticas públicas locais, visando à diversificação da produção e a transformação dos produtos.

A pesquisa exploratória qualitativa terá como escopo a aplicação do método M.A.I.S – Método de avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional, em um estudo de caso realizado no município de Marechal Cândido Rondon e procura responder se as políticas públicas rurais são sustentáveis e capazes de gerar o estímulo à produção agrícola, através de programas que tenham como objetivo a transformação e agregação de valor a produção, bem como a manutenção das famílias no campo. A escolha do município deu-se principalmente pelo destaque que os indicadores sociais e econômicos tem a âmbito Estadual e Nacional, e também pela facilidade de acesso as informações para realização da pesquisa.

1.2 Definição do Problema a Ser Estudado

A pesquisa exploratória qualitativa procura responder se a aplicação, por parte do poder público local, das políticas e programas vindos do Estado ou da União são suficientes para gerar um desenvolvimento rural sustentável ou se há a necessidade de fixação de políticas locais para o estímulo a produção agrícola e programas que tenham como escopo a transformação e agregação de valor a produção agrícola. A implantação de um programa de desenvolvimento rural sustentável realmente pode gerar agregação de valor aos produtos e provocar mudanças profundas na consciência ecológica dos agricultores?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

- Propor modelo de gestão para avaliar a implantação das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura

1.3.2 Objetivos específicos

- Utilizar os indicadores para medir a eficácia da implantação das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável
- Detectar a influência das políticas públicas na gestão rural sustentável;
- Identificar os pontos críticos na implantação das políticas públicas rurais sustentáveis no município

1.4 Delimitação do Tema

O presente estudo visa propor um modelo de gestão para avaliar o desenvolvimento rural sustentável para os municípios de pequeno porte, a partir de um estudo de caso do município de Marechal Cândido Rondon.

O estudo avaliará os aspectos relacionados a sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural. Será feita a aplicação e validação do método M.A.I.S – Método de avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional, no município objeto de estudo de caso, no que tange a sustentabilidade das políticas públicas municipais para o setor rural.

Baseado nas conclusões da análise do estudo de caso, propiciar a elaboração de um modelo de gestão para que os municípios possam realizar investimentos e fortalecer sua agricultura, gerando emprego, renda, agregação de valor aos produtos e uma gestão ambiental sustentável.

1.5 Justificativa

A agricultura, desde os primórdios, continua sendo a atividade humana que mais relaciona a sociedade com a natureza. “..., por mais que venha a ser revolucionada a esfera de produção alimentar, essa importância da agricultura manter-se-á até que surja uma alternativa à transformação biológica de energia solar em nutriente”. (MMA 2000, p. 11). Enquanto não surgirem novas alternativas revolucionárias para a produção de alimentos, o uso das plantas e dos animais será cada vez mais intenso.

Por outro lado, não basta gerar alimentos, a exigência da geração de alimentos mais saudáveis e a necessidade cada vez mais latente de alternativas para substituir os recursos finitos do meio ambiente, fazem com que se busque alternativas viáveis para a coexistência do homem e do meio ambiente. O desenvolvimento rural sustentável apresenta-se como uma alternativa viável para a melhoria da qualidade de vida da população rural, dos centros urbanos do seu entorno e das áreas urbanas; à medida que produzem alimentos mais saudáveis.

As divergências entre os interesses econômicos, sociais e políticos afetam o entendimento conceitual e a aplicação prática do desenvolvimento rural sustentável. A implementação das políticas públicas para o desenvolvimento rural foi insuficiente ou não focou a melhoria da qualidade de vida e prosperidade das pessoas que vivem nas áreas rurais.

O aumento da pobreza no Brasil e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas é a maior evidência de que há muito que fazer, principalmente nas áreas rurais. Segundo o relatório da Cepal (2001-2002), em 1996, 28,6% dos lares brasileiros e 35,8% da população eram considerados pobres. Em 1999, estes indicadores subiram para 29,8% e 37,5%, respectivamente.

Portanto, a finalidade do presente trabalho pretende propor um plano de ação viável para que os municípios denominados rurais possam efetivamente, promover a melhoria contínua em seus processos e a qualidade de vida da população, através de desenvolvimento rural sustentável.

1.6 Estrutura do Trabalho

O primeiro capítulo apresenta a caracterização do trabalho, a definição do

problema. Em seguida, têm-se os objetivos, a justificativa e a metodologia aplicada que dará sustentação para a pesquisa, bem como os limites e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo resgata a sustentabilidade, os problemas relacionados às políticas públicas para a agricultura rural sustentável, as políticas públicas e o estatuto da cidade, os sistemas de gestão, o planejamento e o método a M.A.I.S – Método para avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional, que será utilizado na análise que será desenvolvida em capítulo específico.

O terceiro capítulo aborda a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, caracterizando-se a estrutura metodológica da pesquisa, uma descrição das atividades a serem desenvolvidas e o delineamento e objeto da pesquisa.

No quarto capítulo é retratada a contextualização do município objeto de estudo, levantamento dos dados para análise do estudo de caso e análise propriamente dita, através a aplicação do método M.A.I.S.

Por fim, no capítulo quinto são apresentadas às conclusões e recomendações do presente estudo, bem como as recomendações de trabalhos futuros e a bibliografia consultada.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SISTEMAS DE GESTÃO

2.1 Sustentabilidade

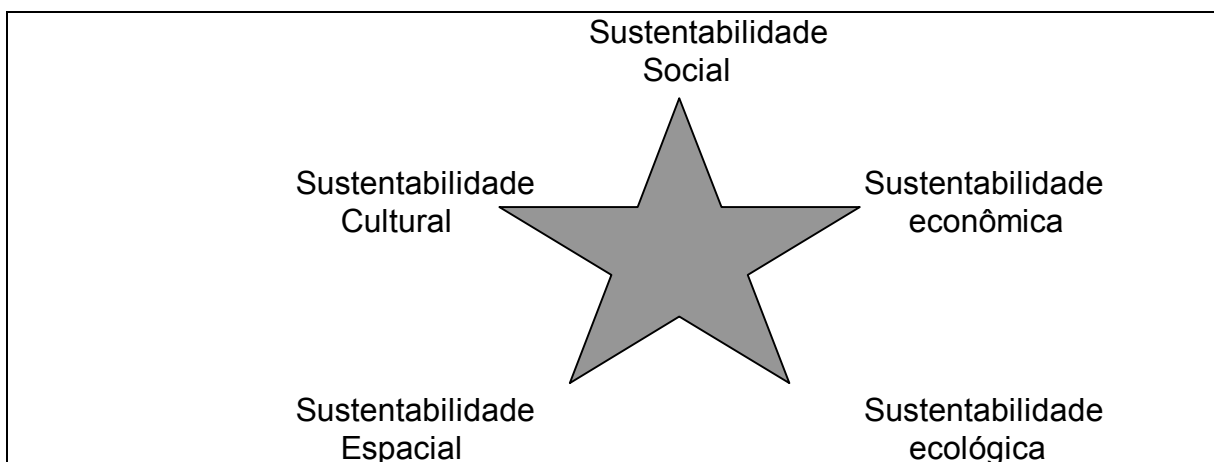
O mundo está passando por um profundo processo de transformação, gerando mudanças significativas na esfera social, política, econômica, cultural, institucional, tecnológica e ambiental. O aumento das pressões sociais por alimentos mais saudáveis e respeito à natureza pode ajudar na busca de soluções sustentáveis para a produção agrícola.

Da população mundial, segundo relatório da Agenda 21, no ano 2025 mais de 80% viverá nos países em desenvolvimento. Não obstante, a necessidade pela geração de alimentos para sustentar esta massa torna-se necessário implementar novas tecnologias, e aumentar a capacidade de geração de alimentos. Neste contexto, a agricultura pode fazer frente a esta demanda com o aumento da produtividade das áreas já exploradas e evitando a exaustão das terras consideradas inadequadas para a exploração agrícola.

Segundo Franco (2000), a sustentabilidade diz respeito, também e principalmente, a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades autocriativas. Este conceito está diretamente vinculado à relação do ser humano com a natureza. Desta relação, surge uma preocupação ética com a quantidade e a forma como são consumidos os estoques naturais e o legado que deixaremos para as futuras gerações.

O quadro a seguir, proposto por SACHS prevê a utilização de cinco

dimensões para o desenvolvimento sustentável.



Fonte: (SACHS, 1993).

FIGURA 01: As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável

- a) “sustentabilidade Econômica”, para atingi-la deve-se buscar a alocação e gerenciamento eficientes dos recursos e de investimento públicos e privados contínuos;
- b) “sustentabilidade Social”, o autor propõe a quebra dos paradigmas atuais, visando uma distribuição mais equitativa na distribuição da renda, de bens e de oportunidades, buscando sempre uma melhor qualidade de vida para o ser humano;
- c) “sustentabilidade cultural”, a busca pelo desenvolvimento sem confrontar com a continuidade cultural, buscando respostas para cada região, respeitando sempre as particularidades culturais;
- d) “sustentabilidade espacial”, criar alternativas para reduzir a concentração nas grandes cidades, frear a destruição dos ecossistemas mais frágeis, promover a exploração sustentável na agricultura, incentivando a industrialização descentralizada e gerando novas tecnologias limpas visando preservar o ecossistema;

- e) “sustentabilidade ecológica”, o autor cita várias alternativas para uma ecologia sustentável, sendo as principais: uso de tecnologias adequadas para aumentar a capacidade de recursos do planeta; criar meios mais eficazes para a proteção do meio ambiente; diminuir os danos ao meio ambiente pela substituição dos recursos não renováveis no curto prazo, estimulando a substituição dos mesmos por fontes alternativas e menos nocivas.

A sustentabilidade do ecossistema está calcada na implantação de políticas públicas que estimulem a diversificação da produção nas propriedades rurais, tendo a agricultura familiar o papel de geração de ocupação e emprego no setor agropecuário. Implantar políticas públicas que visem manter o ser humano no campo e estimulem a eliminação da produção que destrói o meio ambiente, são atitudes que tornam viável o desenvolvimento rural sustentável. A integração entre agricultura familiar e as atividades dos setores secundário e terciário nos municípios, oferecem amplas oportunidades de ocupação e geração de renda.

2.2 Desenvolvimento Rural Sustentável

Um dos conceitos que melhor define o desenvolvimento sustentável está no relatório da Comissão Bruntland *in* JARA (1998, p. 51), como sendo: “um processo que busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades”. Estas mudanças conduzem a uma reorientação ética, capaz de gerar uma mudança e alterações profundas nas relações da sociedade civil e do Estado com a natureza, visando proporcionar a igualdade social, o equilíbrio social, o bem-estar econômico

e a autodeterminação política.

Um dos principais objetivos do desenvolvimento rural sustentável deve ser o aumento da geração de alimentos de forma sustentável e incremento da segurança alimentar (Agenda 21, p.98). Para se atingir, de forma satisfatória, estes objetivos muitos obstáculos devem ser superados, principalmente na implantação de novas tecnologias sustentáveis. O compromisso com as futuras gerações deve ser uma preocupação de todos; poder público constituído, iniciativa privada, sociedade organizada e cidadãos.

Os ideais do desenvolvimento sustentável são maiores do que a racionalização de energia, do que o desenvolvimento de técnicas alternativas, do que substitutas do uso de recursos não renováveis e do que o manejo adequado de resíduos.

Para Bello (1998), a globalização dos problemas ambientais permeia o conceito de desenvolvimento sustentável e exige que se pense de forma global e se aja localmente. Neste sentido, o desenvolvimento regional deve levar em consideração não somente o aspecto econômico, mas sim, todas as variáveis: econômicas, políticas, sociais e culturais, para garantir a sobrevivência e coexistência dos seres humanos, flora, fauna e a biodiversidade.

A agricultura ocupa uma posição estratégica na maior parte dos municípios brasileiros, especialmente na sua relação com os outros setores da economia. Não é possível dissociá-los, pois os territórios rurais abrigam a maioria dos sistemas de recursos naturais e sobre eles recai a responsabilidade de suprir alimentos. As conseqüências tem sido, salvo algumas ações isoladas, desastrosas para os ecossistemas, principalmente quando se pratica as extrações intensivas da natureza utilizando tecnologias poluidoras e ineficientes.

No Brasil, o desenvolvimento sustentável exigirá uma quebra de paradigmas por contrariar interesses já cristalizados. A possibilidade de implementar mudanças com a rapidez necessária dependerá, principalmente, da capacidade de transformar agendas de modernização governamentais em fatos concretos que afetem a qualidade de vida dos habitantes.

A proposta central do desenvolvimento rural sustentável depende da implementação de iniciativas capazes de gerar ao mesmo tempo, uma maior equidade, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior eficiência econômica. (BUARQUE, 2002, p. 68).

E prosseguindo nessa análise, o autor afirma:

O desenvolvimento local e sustentável é uma meta a ser alcançada a médios e longos prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural. (BUARQUE, 2002, p 68).

Para Sachs (1993 p. 54), “a longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o prefixo ECO ou o adjetivo Sustentável ao se falar em desenvolvimento”. Nesta linha de raciocínio, pode inferir-se que o desenvolvimento sustentável deve ser o objetivo principal de todas as organizações.

2.2.1 Compatibilização Entre o Desenvolvimento Rural Sustentável e o Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico e o sustentável exigem um ambiente propício e o comprometimento de todas as nações, devendo haver um diálogo permanente e construtivo, inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e eqüitativa, sem perder de vista o desenvolvimento sustentável. Agenda 21 (IPARDES, 2001 p.7).

Pensando globalmente e agindo localmente, cada país deve promover o seu desenvolvimento econômico, mas jamais perder o foco da sustentabilidade.

O Conceito de desenvolvimento econômico foi amplamente difundido após a

segunda guerra mundial, utilizando a estrutura do Estado e o setor público da economia para implantar o parque industrial. Como conseqüências surgiram os programas de substituição das importações pela produção nacional no processo de industrialização (SINGER, 1996). A estratégia privilegiou principalmente os segmentos industriais nos setores de metalurgia, minerais não-metálicos, química, papel, bens de capital e o petróleo. A participação destes segmentos no resultado econômico foi positiva, mas em contrapartida, a exploração intensa dos recursos naturais em seus processos produtivos e a falta de controles ambientais e reaproveitamento dos resíduos, os faz ser altamente poluidores e produtores de lixo tóxico (CASTRO, 1995). O uso de novas tecnologias pode atuar no controle de poluição, diminuindo sensivelmente ou até eliminando-a por completo nos processos produtivos.

A intensa exploração econômica dos recursos naturais existentes na natureza limita a sua capacidade de renovação, tornando-o um recurso escasso, ou mesmo, inviabiliza sua existência no ecossistema. Para Buarque (1983, p. 85) diz que: “o mecanismo de combate à escassez prevê a substitubilidade imediata de um recurso por outro, com a elevação do preço do recurso, deixando-se dominar pelo livre ajuste do mercado na confluência entre a oferta e a demanda”. A afirmação pressupõe que quanto maior a escassez do bem econômico explorado, maior serão seus preços finais, podendo até sua exploração tornar-se inviável, com isso o próprio setor econômico buscaria, dentro do sistema econômico, alternativas viáveis para substituir este recurso da natureza por outro viável ecológica e economicamente.

A política de desenvolvimento econômica empregada no Brasil teve como proposta atender as deficiências de ordem econômica, política e social. Este modelo

desencadeou distorções como a rápida transformação do modo de produção da agricultura e a implantação do parque industrial no país, gerando danos consideráveis à população e ao meio ambiente. O objetivo principal que era o desenvolvimento econômico, como meio de melhorar as condições de vida da população não foram atendidas.

Martine (1993, p. 45) afirma que: “na década de 80 o país passou a exportar também produtos industriais, enquanto a participação dos produtos do setor primário caía”. A crescente utilização de tecnologia, nos processos produtivos das indústrias e na agricultura, gerou o desemprego e o êxodo rural, gerando no governo a incapacidade de equilibrar os meios de produção e de distribuição de renda. Para Silva e Silva (1997, p.161-162), “esse fenômeno tem gerado aumento na demanda sobre os sistemas de proteção social, que não conseguem diminuir a pobreza”.

Segundo o relatório do CNDRS (2002, p. 5), “é preciso inverter a equação: transformar a erradicação da pobreza em instrumento promotor do crescimento econômico”. A erradicação da pobreza passa necessariamente por políticas públicas sustentáveis que visem à transformação dos desempregados em produtores e consumidores de bens e serviços.

O desenvolvimento econômico e sustentável pressupõe que muitos obstáculos devem ser superados para atingi-los.

A economia não está isolada dos demais processos sociais e, assim, será preciso uma profunda revisão dos valores que compõem a nossa sociedade industrial. Do contrário, surgirão falsas alternativas como um Livre Comércio maquiado de verde que continuará a reproduzir o sistema econômico que degradou a qualidade de vida no planeta. (BRUGGÜER, 1994, p. 28, apud OLIVEIRA, 2002, p. 57).

Por outro lado, o desperdício ou as sobras dos processos produtivos pode se

transformar em matérias primas em novos processos, gerando produtos que possuem valor e se tornem lucrativos, vejamos o que diz Sachs:

[...] em muitos casos, a prudência ecológica se autofinancia até em termos econômicos tradicionais. Por exemplo, a transformação do lixo em riqueza, através de reciclagem, composição ou extração de energia, pode vir a ser um empreendimento lucrativo. O problema, portanto, não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do meio ambiente, mas sim em tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento. (SACHS, 1986, p. 71).

Como resultado tem-se que novas tecnologias são geradas de forma intensiva e no menor espaço de tempo, visando principalmente reduzir custos no processo produtivo e os impactos ambientais. Além disso, há uma orientação para realização de investimentos em setores menos poluidores. Surgem então, os setores econômicos despoluidores rentáveis, como: equipamentos de filtragem e reciclagem, sistemas não poluidores, processos produtivos sustentáveis, novas técnicas para aproveitamento de efluentes. Paralelamente a isto, vê-se que cresce a eficiência dos mecanismos de controle e regulamentação ambiental que promovem a economia de recursos naturais, bem como as exigências do mercado internacional, através das ISO de qualidade ambiental. Todos estes fatores elencados contribuem sobremaneira, para o aumento da eficiência e rentabilidade da economia.

2.3 Sistemas de Gestão

2.3.1 A Teoria Geral da Administração e Sua Evolução

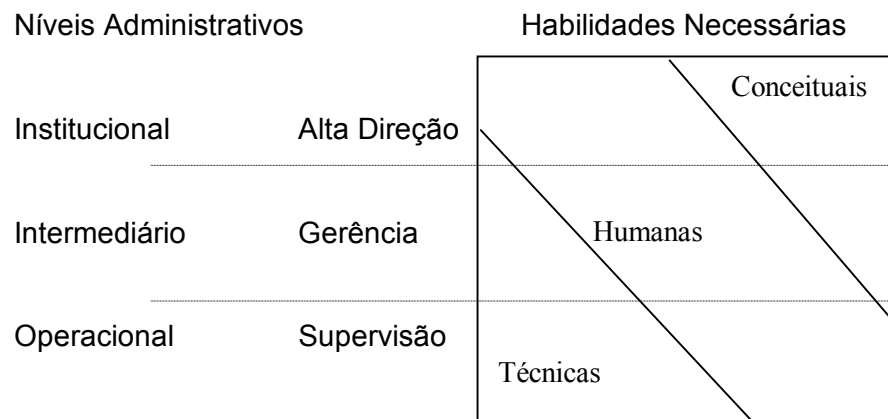
“No mundo, todas as atividades executadas para a produção de bens ou na prestação de serviços são planejadas, coordenadas, dirigidas e controladas dentro das organizações, que são constituídas por pessoas, recursos físicos e materiais, financeiros, tecnológicos e mercadológicos” (CHIAVENATO, 2000, p. 1). Seguindo o

raciocínio do autor, as organizações são extremamente heterogêneas e diversificadas, com características, tamanhos, estruturas e objetivos diferentes. As organizações podem ter a finalidade de realizar lucros (empresas) e não-lucrativas (igrejas, entidades filantrópicas, serviços públicos, organizações não-governamentais). A administração trata do planejamento, da organização, da direção e do controle das atividades diferenciadas da divisão do trabalho que ocorrem na organização.

A sobrevivência e o sucesso das organizações depende sobremaneira da administração, sendo que a mesma é uma área do conhecimento humano impregnada de grandes complexidades e desafios, exigindo grandes habilidades aos administradores” Katz (1955, p. 33-42), apud Chiavenato (2000, p. 3),

Katz (1955, p. 33-42), cita como sendo 3 as habilidades: a habilidade técnica, a humana e a conceitual:

- a) habilidade técnica: consistem na utilização dos conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos necessários para a execução das tarefas. Nível operacional;
- b) habilidade humana: Consiste na facilidade e capacidade para trabalhar com as pessoas, comunicar, compreender suas atividades e motivações e liderar grupos. Nível intermediário;
- c) habilidade conceitual: Consiste na capacidade compreender a complexidade da organização, promovendo os ajustes necessários aos objetivos da organização Nível institucional.



Fonte: (CHIAVENATO, 2000 p. 3)

FIGURA 02: Habilidades administrativas necessárias nos vários níveis da organização

A administração caracteriza-se desta forma por um conjunto de atividades e habilidades humanas e é resultante da forma de pensar e de agir dos membros da sociedade. Com o passar do tempo, as teorias econômicas tem sido concebidas para explicar as mudanças ocorridas ao longo do tempo no comportamento humano dentro das organizações, veja resumo no quadro a seguir:

Aspectos Principais	ABORDAGENS PRESCRITIVAS E NORMATIVAS				ABORDAGENS EXPLICATIVAS E DESCRITIVAS			
	Teoria Clássica	Teoria das Relações Humanas	Teoria Neoclássica	Teoria da Burocrática	Teoria Estruturalista	Teoria Comportamental	Teoria dos sistemas	Teoria da Contingência
Ênfase	Nas tarefas e na estrutura	Nas pessoas	No ecletismo: tarefas das pessoas e estrutura	Na estrutura organizacional	Na estrutura e no ambiente	Nas pessoas e no ambiente	No ambiente	No ambiente e na tecnologia, sem desprezar as tarefas, as pessoas e a estrutura
Abordagem da Organização	Organização formal	Organização informal	Organização formal e informal	Organização formal	Organização formal e informal	Organização formal e informal	Organização como um sistema	Variável dependente do ambiente e da tecnologia
Conceito de organização	Estrutura formal como conjunto de órgãos, cargos e tarefas	Sistema social como conjunto de papéis	Sistema social com objetivos a alcançar	Sistema social como conjunto de funções oficializadas	Sistema social intencionalmente constituído e reconhecido	Sistema social cooperativo e racional	Sistema aberto	Sistema aberto e sistema fechado
Principais representantes	Taylor, Fayol, Gilbreth, Gantt, Gulich, Urwick, Mooney, Emerson	Mayo, Follett, Roethlisberger, Dubin, Lewin, Cartwright, French, Zalesnick, Tannenbaum	Drucher, Koontz, Juicius, Dale, Newmann, Odianme, Scheh, Humble, Galinier	Weber, Merton, Selznick, Goudner, Michels	Eliziani, Thompson, Blau, Scott	Simon, McGregor, Romard, Argyris, Likert, Cyert, Bennis, Schein, Lawrence, Sayles, Larsch, Becklard, March	Katz, Kahn, Johnson, Kast, Rosenzweig, Rice, Churchman, Burns, Trist, Hicks	Thompson, Lawrence, Lorsch, Perrow
Características básicas da administração	Engenharia humana/engenharia de produção	Ciência social aplicada	Técnica social básica e administração por objetivos	Sociologia da burocracia	Sociedade de organizações e múltipla	Ciência comportamental aplicada	Abordagem sistêmica: administração de sistemas	Abordagem contingencial: administração contingencial
Concepção do Homem	Homem económico	Homem social	Homem organizacional e administrativo	Homem organizacional	Homem organizacional	Homem administrativo	Homem funcional	Homem complexo
Comportamento organizacional do indivíduo	Ser isolado que reage como indivíduo (atomismo)	Ser social que reage como membro de grupo social	Ser racional e social voltado para o alcance de objetivos individuais e organizacionais	Ser isolado que reage como ocupante de cargo	Ser social que vive dentro de organizações	Ser racional tomador de decisões quanto a participação nas organizações	Desempenho de papéis	Desempenho de papéis
Sistema de incentivos	Incentivos materiais e salariais	Incentivos sociais e simbólicos	Incentivos materiais e salariais como sociais	Incentivos materiais e salariais	Incentivos mistos, tanto materiais como sociais	Incentivos mistos	Incentivos mistos	Incentivos mistos
Relações entre objetivos organizacionais e individuais	Identidade de interesses. Não há conflito perceptível	Identidade de interesses. Todo conflito é indesejável e deve ser evitado	Integração entre objetivos organizacionais e objetivos individuais	Não há conflito perceptível. Prevalência dos objetivos da organização	Conflitos inevitáveis e mesmo desejáveis que levassem à inovação	Conflitos possíveis e negociáveis. Relação e equilíbrio entre eficácia e eficiência	Conflitos de papéis	Conflitos de papéis
Resultados almejados	Máxima eficiência	Satisfação do Operário	Eficiência e eficácia	Máxima eficiência	Máxima eficiência	Eficiência satisfatória	Máxima eficiência	Eficiência e Eficácia

Fonte: (CHIAVENATO, 2000)

QUADRO 01: Esquema comparativo das teorias administrativas

Com o objetivo de possibilitar um melhor entendimento das teorias apresentadas no quadro anterior, faz-se necessário um detalhamento das teorias de abordagens explicativas e descritivas.

2.3.1.1 Teoria Estruturalista

O estruturalismo surgiu na Europa, sendo influenciado pela sociologia, no final da década de 1950, com o declínio da Teoria das relações humanas, tipicamente dos USA. Representa um desdobramento da teoria burocrática e uma crítica a organização formal, nela as partes são arranjadas e subordinadas à estrutura, que passou a ser a preocupação principal. “O estruturalismo está voltado para o todo e com o relacionamento das partes na constituição do todo. A totalidade, a interdependência das partes e o fato de que o todo é maior do que a soma das partes são características básicas do estruturalismo.” (CHIAVENATO, 2000, p. 346).

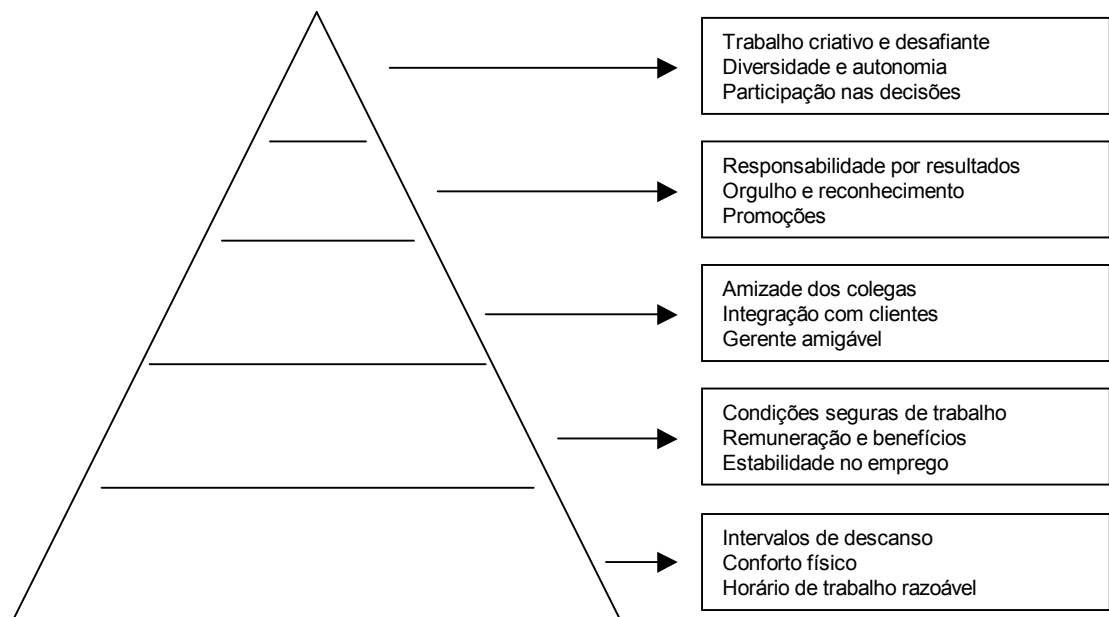
Para os estruturalistas existe uma relação muito forte entre as organizações e seu ambiente externo e sendo o homem parte dessa estrutura, e passa depender dela para nascer, viver e morrer.

2.3.1.2 Teoria Comportamental

A abordagem comportamental surge nos USA, no final da década de 1940, trazendo uma nova visão da teoria administrativa baseada no comportamento humano das organizações. Sua principal influência veio da psicologia organizacional, na busca de soluções democráticas e humanas para os problemas

das organizações.

“A teoria Comportamental fundamenta-se no comportamento individual das pessoas e o administrador precisa conhecer as necessidades humanas para melhor compreender o comportamento humano e utilizar a motivação humana como meio para melhorar a vida dentro das organizações” (CHIAVENATO, 2000, p. 393). Nesta concepção, Maslow *in* CHIAVENATO (2000 p. 393) “apresentou a teoria da motivação segundo a qual, as necessidades humanas estão dispostas e organizadas em níveis hierarquizados”. Ainda segundo o autor, quando a necessidade é satisfeita ela deixa de ser motivadora de comportamento, dando oportunidade para que o nível elevado possa se manifestar.



Fonte: (CHIAVENATO, 2000, p. 395)

FIGURA 03: A hierarquia das necessidades humanas de Maslow

Para explicar o comportamento das pessoas no trabalho, Herzberg apud Chiavenato (2000, p. 396) formulou a teoria dos dois fatores:

- a) fatores higiênicos: localizam-se no ambiente que rodeia as pessoas e abrangem as condições dentro das quais elas desempenham seu

trabalho. Estas condições estão fora do controle das pessoas e os principais são: Salário, benefícios sociais, tipo de chefia, condições físicas e ambientais de trabalho, políticas e diretrizes da empresa, clima de relacionamento entre a empresa e os funcionários e regulamentos internos. Os fatores higiênicos quando ótimos, apenas evitam a insatisfação e quando são precários, eles provocam a insatisfação dos empregados. Estes fatores agem apenas no efeito e não na causa da insatisfação;

- b) fatores motivacionais: estão relacionados aos fatores intrínsecos do cargo e das tarefas que a pessoa executa. Eles envolvem sentimentos de crescimento individual, reconhecimento profissional e auto-realização, e dependem das tarefas que o indivíduo realiza no seu trabalho. Quando os fatores motivacionais são ótimos, provocam a satisfação nas pessoas, sendo chamados de “fatores satisfacientes”.

Na teoria comportamental ou behaviorista, as pessoas se dedicam às organizações e são vistas como participantes e colaboradores, em troca recebem os pagamentos da organização pelos serviços prestados. Por outro lado, o administrador deve conhecer os mecanismos que podem motivar os funcionários para poder dirigir satisfatoriamente a organização.

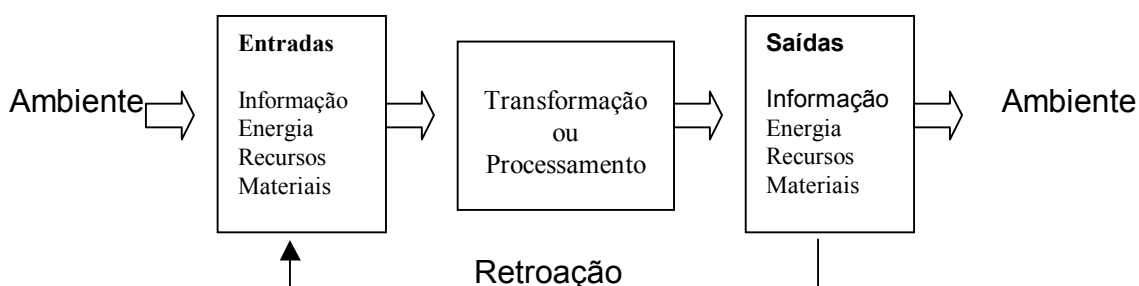
2.3.1.3 Teoria dos Sistemas

A abordagem sistêmica da Teoria Geral da Administração surgiu em 1960, a partir dos trabalhos do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy.

A Teoria Geral dos Sistemas – TGS busca produzir teorias e

formulações conceituais para aplicações na realidade prática e tem como pressupostos a geração de uma tendência para a integração das ciências naturais e sociais, a TGS constitui-se no modo mais abrangente de estudar as ciências sociais. (CHIAVENATO, 2000, p. 543).

Os sistemas caracterizam-se principalmente por serem sistemas abertos, constituídos por um conjunto de elementos em integração recíproca, interdependentes e interagentes no sentido de alcançar os objetivos da organização. Os sistemas são caracterizados pelas entradas (input); transformação (throughput); saídas (output) e retroalimentação (feedback), conforme figura a seguir:



Fonte: (CHIAVENATO, 2000, p. 549)

FIGURA 04: Parâmetro do sistema

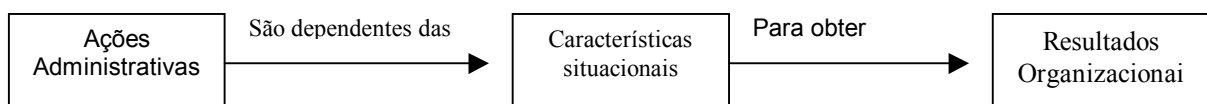
São justificativas para o tratamento das organizações como sistemas abertos:

- a) comportamento probabilístico e não determinístico, não tem fronteiras e inclui variáveis desconhecidas e incontroladas, comportamento não totalmente previsível;
- b) as organizações são parte integrante de uma sociedade maior e constituída de partes menores e sua posição de poder nas organizações depende de suas relações nos demais grupos que fazem parte;
- c) interdependência das partes, a mudança em uma das partes provoca impacto sobre as outras;

- d) homeostase ou estado firme, a organização precisa atingir um estado de equilíbrio com constância na direção e o progresso dentro dos limites definidos como toleráveis;
- e) fronteiras ou limites, as organizações possuem fronteiras ou limites bem precisos e características marcantes que definem tudo ao seu redor;
- f) Morfogênese, as organizações podem modificar sua constituição e estrutura por um processo cibernético, com possibilidade de comparação dos resultados desejados com os resultados obtidos, detectando as deficiências e corrigindo-as.
- g) Resilência, as organizações possuem a capacidade de enfrentar e superar perturbações externas.

2.3.1.4 Teoria da Contingência

É a mais recente das teorias administrativas e é um progresso na teoria dos sistemas, pois explica com profundidade a relação das organizações com ambiente externo. Para a abordagem contingencial tudo é relativo, existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas utilizadas para atingir os objetivos da organização, gerando uma relação entre organizações e o ambiente em que elas se encontram. “Por sua vez, as variáveis ambientais são variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são variáveis dependentes.” (CHIAVENATO, 2000, p. 586)



Fonte: (CHIAVENATO, 2000, p. 549)

FIGURA 05: Abordagem contingencial

A abordagem contingencial trata com profundidade a relação das organizações com o ambiente externo, uma vez que elas escolhem seus ambientes e depois passam a ser condicionada por eles, necessitando adaptar-se visando o crescimento e a sobrevivência. A partir da teoria comportamental surgem novos modelos organizacionais mais flexíveis e orgânicos, como a estrutura de redes, a estrutura de equipes e a estrutura matricial.

O uso da tecnologia pela organização é outra variável que condiciona a estrutura e o comportamento organizacional, passando a ter suma importância a variável tecnológica na teoria administrativa.

2.3.1.5 Novas Abordagens da Administração

Nos anos 1990 tem início uma nova onda, a era da informação, que gera ciclos cada vez menores e intensos. “A simples projeção do passado ou do presente não funciona mais, pois as mudanças não guardam nenhuma similaridade com o que se foi” (CHIAVENATO, 2000 p. 651). Prova disto é a internet, que interliga milhares de computadores pelo mundo afora.

As novas abordagens da administração passam a ver o administrador das organizações como agente catalisador de resultados em um ambiente de mudança contínua e constante, atuando de forma pró-ativa. A organização administrativa que, em última análise, é capaz de gerar resultados e satisfazer as necessidades, torna-se o núcleo da sociedade moderna.

A era da informação gerou algumas soluções emergentes, neste sentido, Chiavenato (2000, p. 655) faz algumas abordagens destas novas teorias de

administração, das quais destacam-se logo a seguir as principais:

- a) melhoria contínua: visa à qualidade dos produtos e serviços gerando uma mudança organizacional da base para a cúpula, com a participação e colaboração das pessoas, restringe-se mais ao nível operacional;
- b) qualidade total: pode ser representada pela adequação ao uso dos produtos ou serviços e se estende a toda a organização, desde o pessoal do escritório, chão de fábrica até a cúpula;
- c) reengenharia: representa uma reconstrução e não simplesmente uma reforma da empresa, ela não pretende melhorar os processos existentes, mas substituí-los por novos processos.
- d) Benchmarking: processo sistemático e contínuo de pesquisa para avaliar produtos, serviços, processos de trabalho ou organizações representantes de melhores práticas, e através de comparações com outras organizações, permite o aprimoramento organizacional;
- e) Equipes de alto desempenho, busca a participação das pessoas na busca de respostas rápidas para as mudanças no ambiente dos negócios e na relação com os clientes, o foco está na equipe e não no indivíduo;
- f) Teoria da complexidade: é parte da ciência que trata do emergente, da física quântica, da biologia, inteligência artificial e como os organismos vivos aprendem e se adaptam, podendo ser aplicada às organizações através dos mecanismos de adaptação, aprendizagem e mudança. Significa a impossibilidade de se chegar a qualquer conhecimento completo e não pode trazer certeza sobre o que é incerto. A evolução tecnológica dos sistemas de gestão e a utilização da inteligência artificial

estão proporcionando programas que imitam o raciocínio utilizado pelos especialistas na solução dos problemas;

- g) Teoria do Caos: abordagem construtivista que pretende a mudança da concepção da verdade a partir de uma situação caótica e perturbadora. A desordem, a instabilidade e o acaso no campo científico são saudáveis, pois provoca a melhoria e evolução das organizações em relação à situação anterior;
- h) Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual: pressupõem que o conhecimento se sobrepõe ao capital financeiro, pois o conhecimento ficou na dianteira de todos os demais recursos organizacionais. O conhecimento estimula o surgimento de novas formas de trabalho, comunicação, estruturas tecnológicas e novas formas de interagir do ser humano. Em suma, as pessoas passam a ser o centro por deterem o conhecimento e as organizações bem sucedidas são aquelas que conseguem conquistar e motivar as pessoas para a aplicação dos seus conhecimentos na solução dos problemas e na busca de inovações visando atingir os objetivos da organização.

2.4 Planejamento

Buarque (2002, p.81) define o planejamento como sendo a “ferramenta utilizada para a tomada de decisão e organização de ações de forma lógica e racional”. A sociedade tem o poder de escolher entre as diversas alternativas qual será implementada, decidindo assim as ações do presente e que irão ter impacto no futuro.

Metodologia utilizada envolvendo grande parte, ou todos os membros, da sociedade que planeja, confronta com as percepções da realidade, com as vontades e as expectativas da sociedade em relação aos objetivos no futuro. Na maioria das vezes os objetivos e interesses sociais são muito diversos dentro do grupo, cada um tenta defendê-los de acordo com as suas idéias e convicções. Dentro de um ambiente democrático prevalecerá sempre à vontade da maioria ou do grupo que tiver maior poder de convencimento junto à sociedade.

Para Buarque, o planejamento:

Incorpora e combina uma dimensão política e uma dimensão técnica. A técnica por ser um processo ordenado e sistemático e porque deve utilizar instrumentos de organização, sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo, gerando informações sobre os objeto e instrumento de intervenção. Política porque toda decisão e definição de objetivos passa por interesses e negociações entre os atores sociais. (BUARQUE, 2002, p. 82)

No processo de planejamento os atores sociais manifestam seus diferentes interesses nas negociações políticas, onde cada grupo social tenta dominar os espaços e meios de decisão e intervenção na realidade.

2.4.1 Planejamento Participativo Local

Esta forma de planejamento deve envolver todos os atores da sociedade e contribuir para a construção de um projeto da sociedade local, com ações convergentes de modo a implementar as transformações e preparar-se para o futuro desejado.

A solução de qualquer problema local ou municipal deve ser precedida de planejamento com o envolvimento de todos os setores responsáveis e que tem condições de trazer contribuições efetivas. O Instituto brasileiro de Administração

Municipal – IBAM, cita que:

[...] qualquer município, não importa seu tamanho e recursos econômicos, pode implantar um processo de planejamento coerente com seu estágio tecnológico, econômico-social e cultural. (...) desde que o Governo local formule objetivos ajustados às necessidades de sua população e faça do plano diretor um veículo que expresse esses objetivos, através de metas e medidas coerentes com a realidade. Neste caso, basta o Prefeito recorrer ao auxílio de um roteiro lógico de procedimentos para iniciar o encaminhamento dos problemas da comunidade, consultando lideranças locais, examinando recursos com o seu secretariado, tomando decisões e criando na própria máquina governamental hábitos salutarres de prestação de contas á população sobre as medidas e decisões tomadas. (IBAM, 1992).

O planejamento sendo executado em unidades cada vez menores fica mais próximo dos problemas e das soluções que normalmente estão dentro da própria sociedade que ali vive. O planejamento não requer o uso recursos técnicos sofisticados, caros e inacessíveis aos pequenos municípios. Deve-se sim, utilizar os recursos e informações disponíveis no município e trabalhar para aprimorar cada vez mais a qualidade das informações.

2.4.1 Planejamento Rural Municipal

O planejamento rural dos municípios deve levar em consideração, nos próximos anos, as seguintes estratégias, segundo o plano nacional de desenvolvimento rural sustentável do conselho nacional de desenvolvimento rural sustentável - CNDRS:

- Bacias hidrográficas como unidade de planejamento;
- Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, como instrumento básico de planejamento do território nacional;
- Valoração dos recursos naturais;

- Educação ambiental como instrumento de construção de valores sociais e habilidades para conservação e preservação do meio ambiente.

Faz-se necessário à inclusão das potencialidades, fragilidades e os eventuais centros urbanos de cada microrregião no processo de planejamento para que possa haver um diagnóstico da situação atual e o estabelecimento de políticas públicas. O estabelecimento de políticas públicas rurais sustentáveis inclui também os centros urbanos da microrregião ou município.

O planejamento municipal deve ser direcionado para atuar, principalmente, estabelecendo políticas públicas que visem à redução das desigualdades sociais, com melhorias nos serviços públicos; incentivo ao desenvolvimento econômico, privilegiando a geração de trabalho; e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, é necessário o envolvimento de todos os atores constituídos do município e a participação efetiva da sociedade organizada e da população beneficiada. O comprometimento e a atitude para o bem comum são fundamentais para que as políticas públicas tenham efetividade.

2.5 Políticas Públicas

A agricultura brasileira vem sofrendo grandes intervenções desde a década de 1930, pois a agricultura era um dos grandes entraves ao processo de industrialização da economia brasileira. "... conformar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor urbano-industrial. O instrumento central da intervenção foi à política de financiamento" (DELGADO, 1990, p.158). Até os anos 50, predominava o baixo índice técnico e culturas com ciclos mais longos, ligadas a interesses politicamente fortes estabelecendo fontes de financiamentos

em condições privilegiadas, como era o caso do café. A partir dos anos 50, teve início o longo período de transição do padrão extensivo para o padrão integrado, durando 20 anos.

A política de crédito agrícola contemporânea pode ser dividida em dois momentos. O primeiro, que vai da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR até o final da década de 70, corresponde ao momento de implantação / consolidação do padrão integrado de crescimento da agricultura, onde o crédito rural cresceu 329% entre os anos 70 e 79. O segundo momento define-se a partir de 79, quando as mesmas variáveis que permitiram a rápida expansão do volume de crédito determinaram sua retração. (DELGADO, 1990, p. 161).

Com as crises macroeconômicas da década de 70, houve uma retração na política de crédito, atingindo também os setores industriais que produzem máquinas e implementos agrícolas. As exigências de consolidação e reprodução do modelo de industrialização da agricultura comandaram uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e dos mecanismos de crédito, das estruturas de comercialização e de mercado. Na mesma linha, as instituições de ensino de ciências agrárias, sendo firmados convênios de cooperação entre universidades brasileiras, americanas e instituições de pesquisa internacional. Para fechar o círculo e viabilizar a modernização, o Estado instituiu um conjunto de leis, regulamentos, programas e instituições que visavam principalmente favorecer a expansão e consolidação do modelo no terreno técnico-científico e regular as relações sociais e os conflitos gerados pelas mudanças na produção agrícola ALMEIDA, (1992).

Os instrumentos das sucessivas políticas agrícolas canalizavam os recursos prioritariamente para garantir e reforçar a expansão das produções de produtos para exportação, como a soja, a cana-de-açúcar, o café, a laranja, enquanto que os produtos como o arroz, feijão, milho e mandioca não tiveram os mesmos estímulos.

O caráter desigual da modernização acentuou ainda mais a diferenciação social no meio rural e consolidou a histórica dualidade - agricultores patronais e familiares - existente na estrutura produtiva do setor agropecuário. A revolução verde, com o uso intensivo da moto-mecanização, dos fertilizantes inorgânicos, dos agrotóxicos, dos equipamentos pesados de irrigação, das variedades, raças e híbridos de alto rendimento, das rações industriais e hormônios sintéticos pretendem elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos e criações. Neste sentido, a pesquisa e a extensão rural foram orientadas para incorporarem e difundirem tecnologias e processos com vistas a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas. (ALMEIDA, 2000)

Os impactos gerados pela modernização, do ponto de vista social, foram negativos. Com a mecanização e o incentivo à monocultura, o emprego no setor agrícola foi o primeiro a ser atingido. Houve a substituição de mão-de-obra e a substituição de culturas alimentares. Com os subsídios que cobriam até a metade do custo real do maquinário, houve um salto no parque de tratores que passou de 61 mil para mais de 527 mil entre os anos de 1960 e 1980. Esta tendência se manteve e em 1995, existiam 803,7 mil tratores (10,5% dos estabelecimentos rurais). Neste período, a produção das propriedades rurais que empregavam mão-de-obra assalariada praticamente desapareceu e o trabalho passou a ser realizado por máquinas, estreitando ainda mais o emprego agrícola. (WEID, 1997)

O processo de modernização da agricultura se mostrou tão alarmante que simplesmente eliminou 5,5 milhões de ocupações, entre os anos de 1985 a 1995, segundo o senso agropecuário brasileiro. A consequência destas ações é o êxodo rural que anualmente manda para as cidades enormes contingentes de mão-de-obra não qualificada. Outro efeito da modernização da agricultura é o efeito

concentrador da propriedade rural, as pequenas propriedades, pela limitada capacidade de acumulação e acesso às novas tecnologias, vão sendo incorporadas pelas grandes e muitas vezes, os pequenos proprietários, para saldarem suas dívidas, vendiam suas terras. (VEID, 1997)

Atualmente, as políticas governamentais da esfera federal estabelecem o financiamento à produção através do Programa nacional de auxílio familiar – PRONAF, para o crédito de custeio da produção, crédito de investimentos e crédito para comercialização, além de outras linhas de crédito do sistema financeiro não específicas para o setor agrícola.

A resolução CMN/BACEN número 3.083, de 25/06/2003 estabelece algumas implementações no crédito para o custeio, visando estimular a produção de alimentos e também as cadeias com maior direcionamento às exportações. Os beneficiados, segundo a mesma resolução são os produtores rurais e suas cooperativas, podendo ser requerido para a pesquisa e produção de mudas, sementes, produção de sêmen, prestação de serviços mecanizados, exploração de pesca, medição de lavouras. A taxa de juros é de 8,75% ao ano e os prazos são de acordo com o ciclo da atividade, podendo ser de até dois anos. O financiamento pode ser pago a vista ou parcelado em 5 vezes, sendo que a primeira parcela vence 60 dias após a colheita.

O crédito de investimento visa à modernização da agricultura brasileira, por meio da renovação do parque de máquinas, da correção dos solos, da renovação de pastagens, da construção de armazéns nas propriedades e da melhoria tecnológica para culturas específicas. O prazo para pagamento dos financiamentos vai de 5 a 12 anos e as taxas de juros são fixas, podendo ser de 8,75% quando a origem de recursos for da parcela obrigatória dos depósitos à vista, de 13,95% ao

ano quando a modalidade for BNDS/Finame agrícola especial e taxa de juros de longo prazo - TJLP mais 1% ao ano para BNDS Automático.

2.5.1 Políticas Públicas e a Preocupação Ambiental

As conseqüências da modernização da agricultura não foram menos drásticas na agricultura. A revolução verde gerou impactos ambientais em todos os ecossistemas: degradação dos solos agrícolas, comprometimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, devastação das florestas e campos nativos, empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais e contaminação dos alimentos.

A menos de três décadas, a poluição era sinônima de progresso, hoje a sociedade civil está mais consciente e crítica em relação às questões ambientais. Continua querendo o progresso e o crescimento econômico, mas já não mais aceitam a falta de preocupação com meio ambiente, a poluição, a destruição e o desperdício de recursos naturais. Um dos grandes problemas dos governantes é definir quais os limites sustentáveis desse crescimento; até onde os recursos naturais e a biodiversidade podem ser utilizados sem comprometer a qualidade de vida do ser humano no presente e no futuro. Neste sentido, faz-se necessária a intervenção dos poderes públicos estabelecidos para fixar políticas públicas capazes de atender os anseios da comunidade e ao mesmo tempo oferecer condições para perpetuar a espécie humana dentro do ecossistema.

Não há propostas prontas, cada país deve encontrar as soluções para os problemas locais relacionados ao desenvolvimento econômico e sustentável. O ambiente democrático favorece sobremaneira a participação de todos os atores da

sociedade.

A perpetuação dos ecossistemas depende fundamentalmente de ações das administrações públicas, fazendo uso de políticas públicas que visem à produção de alimentos e produtos industrializados sem agressões ao meio ambiente, garantindo desta forma, a sobrevivência das futuras gerações. “... Por isso, precisamos desenvolver junto às administrações públicas, um modelo de gestão que assegure a preservação ambiental.” (SCHEIDER, 2000).

A grande heterogeneidade do país faz com que a atuação dos governantes, em todas as esferas, tenha que estar muito atentos. É necessário que cada administrador mapeie as peculiaridades da sua abrangência, possibilitando conhecer a sua realidade e, ai sim, construir o conceito de intervenção visando delimitar territórios os mais homogêneos possíveis do ponto de vista cultural, social, econômico e ambiental. A etapa seguinte prevê que as políticas devem envolver e buscar o comprometimento de todos os beneficiados, com a finalidade de fazer um levantamento detalhado das carências e potencialidades, visando o desenvolvimento rural sustentável. É recomendação da Agenda 21 (IPARDES 2001 p. 98), “que o estabelecimento de políticas agrícolas deve levar sempre em conta o desenvolvimento rural sustentável em todos os países”. Isto se aplica também ao Brasil, onde existe uma carência muito grande de políticas públicas, de médio e longo prazos, voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

2.5.2 Políticas Públicas e o Estatuto da Cidade

A política urbana ganha força com o estatuto da cidade, criado através da lei nº 10.257 de 10 de junho de 2001, a qual regulamenta os artigos 182 e 183 da

Constituição Federal de 1988. Segundo o artigo 182 da Constituição Federal

Cabe ao poder público municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo que o instrumento básico dessa política é o Plano Diretor. (OLIVEIRA, I.C.E., 2001, p. 7).

A participação da população em todas decisões de interesse público está garantida, através das associações representativas dos vários segmentos da sociedade, podendo envolver-se em todas as etapas do plano diretor – elaboração, implementação e avaliação e também na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos. A gestão democrática proposta pelo estatuto da cidade dá esta garantia.

Estabelecer a função social do uso das propriedades urbanas é atribuição dos gestores municipais, devendo ser dirigida às necessidades dos cidadãos buscando o bem-estar coletivo e a justiça social; garantindo que todos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público.

Os instrumentos de política econômica, tributária, financeira e dos gastos públicos devem estar adequados aos objetivos do desenvolvimento urbano, construídos coletivamente, pelo poder público e pelos diferentes setores sociais. Este princípio se integra aos artigos da lei de responsabilidade fiscal.

Segundo Oliveira, I.C.E. (2001, p. 11), “o poder público municipal, por ser a esfera do governo mais próxima do cidadão, e, portanto, da vida de todos – seja na cidade, seja na área rural - é o que tem melhor capacidade para constatar e solucionar os problemas do dia-a-dia”. Quando o poder público interage e faz com que os segmentos da sociedade se articulem em torno das soluções para os problemas locais, só vai trazer melhorias para o município. Continuando nos

mesmos preceitos, afirma que cabe ao município a promoção do adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo. Desta forma fica latente a capacidade a competência municipal para promover a sustentabilidade cultural, social, política, econômica, ambiental e institucional.

O estatuto com esta diretriz recomenda que a produção e o consumo de bens e de serviços respeite e vise uma sociedade mais justa (sustentabilidade social); e preservação reutilização racional e adequada dos recursos naturais, (sustentabilidade ambiental); e a gestão e aplicação mais eficientes dos recursos para suprir as necessidades da sociedade e não permitir a submissão absoluta às regras de mercado (sustentabilidade econômica). (OLIVEIRA, I.C.E., 2001, p. 12)

Na era da gestão democrática das cidades, o plano diretor assume papel fundamental como instrumento básico de política de desenvolvimento urbano construído a partir da participação da sociedade. Para Oliveira, I.C.E. (2001, p. 18), “o plano diretor assume a função de, como instrumento, interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integrada dos fatores que envolvam o Município”. A aprovação do plano diretor envolve toda área territorial do município e depende de lei municipal; sendo obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes.

A esfera de poder público possui valiosos instrumentos para executar a política urbana, destacando-se os de natureza tributária, financeiros ou econômicos, jurídicos, administrativos e políticos. Ferramentais estes que dão ao poder público condições para administrar com maior eficiência o território e promover a igualdade: social, cultural, econômica e ambiental.

2.6 Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

2.6.1 M.A.I.S – Método Para Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Organizacional

O método proposto por Oliveira (2002, p. 91), utiliza-se de quatro momentos. No primeiro momento, a partir de uma base conceitual e teórica, faz uma correlação entre as dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs, no método de análise das organizações praticado pelo Programa Nacional de Qualidade - PNQ e de um indicador elaborado pelo Dow Jones. No segundo, estabelece as dimensões propostas e seus respectivos indicadores. No terceiro momento, a partir dos critérios definidos, a determinação da pontuação máxima para cada indicador utilizado na análise de sustentabilidade. No quarto momento, a criação das faixas de sustentabilidade para possibilitar o enquadramento da instituição em seu grau de sustentabilidade.

Para Oliveira (2002, p. 91), a matriz que materializa o método foi concebida a partir de duas premissas básicas:

- a) a análise da sustentabilidade de uma organização a partir de quatro dimensões: a econômica, a ecológica, a social e a cultural;
- b) A escolha dessas dimensões agrupou-se num primeiro momento os critérios ou indicadores por sua afinidade e ou objetivo.

No quadro a seguir, Oliveira faz a correlação entre os conceitos de Sachs, os critérios do PNQ e os Critérios propostos por Dow Jones.

Dimensão da Sustentabilidade	Conceitos Propostos por Sachs	Crítérios do PNQ	Crítérios Dow Jones	Indicadores de Sustentabilidade
Sustentabilidade Social	Criação de um processo de desenvolvimento sustentado para uma sociedade justa pela geração de emprego e renda. Busca da qualidade de vida.	Pessoas Clientes e Sociedade	Responsabilidade Social Stakeholder Política Social	Geração de emprego e renda Ética organizacional Participação em entidades de classe e de desenvolvimento regional Programas de prevenção de acidentes e doenças para os envolvidos Capacitação e desenvolvimento de pessoas Programas para a melhoria da qualidade de vida Projetos sociais Sistema de trabalho socialmente aceita Interação com a sociedade Políticas de responsabilidade social e de saúde e segurança.
Sustentabilidade Ambiental	Avaliação da capacidade de recursos do planeta. Redução da poluição. Tecnologia para redução e ou conservação de energia e de recursos naturais. Ação ecologicamente equilibrada	Formulação e operacionalização de estratégias	Responsabilidade. Sistema de gestão ambiental. Performance ambiental.	Política de gestão ambiental. Avaliação de aspectos e impactos ambientais do negócio. Preparação para emergências. Ações corretivas e preventivas. Avaliação do desempenho global. Avaliação de riscos. Avaliação de oportunidades. Estratégias para desenvolvimento de tecnologias ecologicamente equilibradas Análise do ciclo de vida de produtos e serviços. Controle operacional
Sustentabilidade Econômica	Alocação eficiente dos recursos. Fluxos constantes de investimentos públicos e privados. Lucratividade	Gestão de processos, produtos e serviços. Análise de resultados organizacionais. Gestão financeira.	Gerenciamento da qualidade. Planejamento estratégico. Aprendizagem organizacional	Política de qualidade. Definição de metas e objetivos Gestão de processos, produtos e serviços. Controle de não conformidades. Medição e monitoramento de processos, produtos e serviços. Auditorias e análise crítica. Gerenciamento de riscos e crises. Infra-estrutura adequada. Registros e documentação. Avaliação dos resultados da organização
Sustentabilidade Cultural	Processos de desenvolvimento com raízes endógenas. Processos de mudanças na continuidade cultural produzidas no conceito de ecodesenvolvimento. Geração e difusão de tecnologias adequadas e independentes para a busca de solução para problemas locais	Gestão das informações da organização. Gestão de informações comparativas. Gerenciamento do capital intelectual	Gerenciamento do capital intelectual. Desenvolvimento organizacional. Código de conduta organizacional	Incentivo a criatividade e a liderança Geração de cultura organizacional. Adequação das comunicações internas e externas. Comprometimento da organização. Avaliação de fornecedores e do mercado. Melhoria contínua. Prática do exercício da cidadania organizacional. Existência de código de conduta organizacional. Imagem da organização

Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 93)

QUADRO 02: Correlação entre os critérios de análise segundo a visão de Sachs, do PNQ e Dow Jones e os indicadores para análise de sustentabilidade

Baseado na correlação, Oliveira (2002, p. 97), define as dimensões de sustentabilidade e os indicadores propostos para a análise da sustentabilidade, a qual está representada no quadro seguinte:

Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade
Sustentabilidade Social	1- Geração de emprego e renda 2 - Ética organizacional 3 - Participação em entidade de classe e desenvolvimento regional 4 - Programas de prevenção de acidentes e doenças para os envolvidos 5 - Capacitação e desenvolvimento de pessoas 6 - Programas para a melhoria da qualidade de vida 7 - Projetos sociais 8 - Sistema de trabalho socialmente aceitos 9 - Interação com a sociedade 10 - Políticas de responsabilidade social e saúde e segurança
Sustentabilidade Ambiental	1 – Política de gestão ambiental 2 – Avaliação de aspectos e impactos ambientais do negócio 3 – Preparação para emergências 4 – Ações corretivas e preventivas 5 – Avaliação do desempenho global 6 – Avaliação de riscos 7 – Avaliação de oportunidades 8 – Estratégias para desenvolvimento de tecnologias ecologicamente equilibradas 9 – Análise do ciclo de vida de produtos e serviços 10 – Controle operacional
Sustentabilidade Econômica	1 – Política de qualidade 2 – Definição de metas e objetivos 3 – Gestão de processos, produtos e serviços 4 – Controle de não conformidades 5 – Medição e monitoramento dos processos, produtos e serviços 6 – Auditorias e análise críticas 7 – Gerenciamento de riscos e crises 8 – Infra-estrutura adequada 9 – Registros e documentação 10 – Avaliação dos resultados da organização
Sustentabilidade Cultural	1 – Incentivo à criatividade e liderança 2 – Geração de cultura organizacional 3 – Adequação das comunicações internas e externas 4 – Comprometimento da organização 5 – Avaliação de fornecedores e do mercado 6 – Melhoria contínua 7 – Prática do exercício da cidadania organizacional 8 – Existência de código de conduta organizacional 9 – Aprendizagem organizacional 10 – Imagem da organização

Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 97-98)

QUADRO 03: Método proposto para análise de sustentabilidade

Segundo Oliveira, o próximo passo é atribuir a pontuação máxima para cada indicador, estabelecendo-se uma escala que permite visualizar a situação da organização em cada um dos indicadores. Seguindo nesta mesma linha tem-se, a valoração da importância e o impacto da ação ou do procedimento adotado. Define três momentos para a ponderação em sua análise:

- a) a elaboração ou existência de política ou procedimento (**E**);

- b) a implantação do planejado ou do procedimento adotado (**I**);
- c) o processo de verificação ou controle adotado na busca de oportunidades de melhoria nos processos de gestão (**V**);

A visualização da ponderação pode ser observada na figura a seguir:

Descrição	Valoração			
	Menos		Mais	
Importância da ação ou do procedimento	0	1	2	3
Impacto ou repercussão da ação ou procedimento	0	1	2	3

Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 99)

QUADRO 04: Escala para a avaliação e valoração da sustentabilidade do negócio

A partir desta ponderação, constata-se que a pontuação máxima admissível para cada ponto de avaliação é de 9 pontos, que são verificados “in loco” pelo pesquisador e através das entrevistas aplicadas às partes interessadas. Desta forma, faz a comparação entre a pontuação obtida e a pontuação máxima.

O quadro a seguir, mostra cada um dos critérios de análise e o significado da pontuação.

Item	Pontuação	Significado
E – Existência ou elaboração	Zero	Inexistência do indicador
	Um	Significando que o indicador existe na organização informalmente, isto é, não há registros documentados sobre sua forma de aplicabilidade
	Dois	Indicando que o indicador existe formalmente, está registrado, mas não é praticado no dia-a-dia na organização
	Três	Significando a existência do indicador, sendo que o mesmo faz parte formal da política da organização, sendo praticado e conhecido por todas as partes interessadas. Há comprometimento da organização com a sua práxis
I – Implantação	Zero	O indicador não está implantado
	Um	O indicador está implantado 30 %
	Dois	O indicador está implantado 70%
	Três	O indicador está implantado em sua plenitude
V – Verificação e/ou Controle	Zero	Não existe verificação e/ou controle
	Um	É verificado de forma informal
	Dois	É verificado, mas não serve de instrumento para ações corretivas ou preventivas
	Três	Verificado e serve de base para o melhoramento contínuo da organização em busca da excelência organizacional

Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 100)

QUADRO 05: Pontuação e significado dos critérios de análise

A proposta de Oliveira para o método de análise das dimensões de sustentabilidade com seus indicadores para a análise e a pontuação máxima para cada indicador proposto está expressa no quadro a seguir:

Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade	Pontuação máxima	Critérios			Pontuação obtida
			E	I	V	
Sustentabilidade Social	1- Geração de emprego e renda	9				
	2 - Ética organizacional	9				
	3 - Participação em entidade de classe e desenvolvimento regional	9				
	4 - Programas de prevenção de acidentes e doenças para os envolvidos	9				
	5 - Capacitação e desenvolvimento de pessoas	9				
	6 - Programas para a melhoria da qualidade de vida	9				
	7 - Projetos sociais	9				
	8 - Sistema de trabalho socialmente aceitos	9				
	9 - Interação com a sociedade	9				
	10 - Políticas de responsabilidade social e saúde e segurança	9				
Subtotal		90				
Sustentabilidade Ambiental	1 – Política de gestão ambiental	9				
	2 – Avaliação de aspectos e impactos ambientais do negócio	9				
	3 – Preparação para emergências	9				
	4 – Ações corretivas e preventivas	9				
	5 – Avaliação do desempenho global	9				
	6 – Avaliação de riscos	9				
	7 – Avaliação de oportunidades	9				
	8 – Estratégias p/desenvolvimento de tecnologias ecologicamente equilibradas	9				
	9 – Análise do ciclo de vida de produtos e serviços	9				
	10 - Controle operacional	9				
Subtotal		90				
Sustentabilidade Econômica	1 – Política de qualidade	9				
	2 – Definição de metas e objetivos	9				
	3 – Gestão de processos, produtos e serviços	9				
	4 – Controle de não conformidades	9				
	5 – Medição e monitoramento dos processos, produtos e serviços	9				
	6 – Auditorias e análise críticas	9				
	7 – Gerenciamento de riscos e crises	9				
	8 – Infra-estrutura adequada	9				
	9 – Registros e documentação	9				
	10 – Avaliação dos resultados da organização	9				
Subtotal		90				
Sustentabilidade Cultural	1 – Incentivo à criatividade e liderança	9				
	2 – Geração de cultura organizacional	9				
	3 – Adequação das comunicações internas e externas	9				
	4 – Comprometimento da organização	9				
	5 – Avaliação de fornecedores e do mercado	9				
	6 – Melhoria contínua	9				
	7 – Prática do exercício da cidadania organizacional	9				
	8 – Existência de código de conduta organizacional	9				
	9 – Aprendizagem organizacional	9				
	10 – Imagem da organização	9				
Subtotal		90				
Total		360				

Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 102)

QUADRO 06: Método de análise das dimensões

Na proposta apresentada por Oliveira (2002, p. 102), “o método avalia as

quatro dimensões: a social, a ecológica, a econômica e a cultural”. Para cada dimensão foram definidos dez indicadores com pontuação máxima de 9 pontos para cada indicador e 90 para a dimensão e 360 pontos como pontuação máxima nas quatro dimensões indicando a sustentabilidade plena da organização. A proposta de Oliveira não é algo definitivo, devendo passar por um processo de aplicação e verificação, visando o aprimoramento e a melhoria contínua em função da prática e da realidade de cada organização.

O grau de sustentabilidade é medido pela comparação entre o total de pontos possíveis e o realizado na prática pela organização. Para medir este grau, foram definidos três faixas: Insustentável, em busca da sustentabilidade e sustentável. O quadro a seguir identifica as faixas de sustentabilidade de acordo com a pontuação obtida pela organização.

Faixas de Sustentabilidade	Pontuação Correspondente
Insustentável	0 a 149
Em busca de sustentabilidade	150 a 249
Sustentável	250 a 360

Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 103)

QUADRO 07: Pontuação obtida pela organização e as faixas de sustentabilidade propostas

Para Oliveira (2002, p. 103), “o enquadramento das organizações dentro das três faixas de sustentabilidade pode ser definida como”:

- a) a organização enquadrada na faixa de **insustentável** corre sérios riscos de sobreviver num mercado cada vez mais competitivo em relação à produção e ao consumo. Terá que repensar o seu modo de proceder, a sua forma de interagir com o meio ambiente e a sociedade onde convive.
- b) a organização enquadrada na faixa de **em busca da sustentabilidade**, busca integrar seus sistemas de gestão, fortalecendo sua imagem e

buscando um convivência harmônica com a sociedade, visando sobreviver no mercado.

- c) a organização enquadrada na faixa de **sustentável**, pode ser caracterizada como um organização cidadã, por praticar a responsabilidade social, tornando-se cada vez mais sustentável dentro do mercado.

O objetivo do enquadramento da organização em três faixas é provocar a reflexão dos gestores e servir de subsídio para a tomada de decisão em novos empreendimentos.

As faixas sugeridas para essa primeira aproximação do método com a realidade do setor produtivo, não são simétricas, e tem a intenção de provocar a reflexão dos responsáveis pelo processo de tomada de decisão no empreendimento em análise, não obedecendo, portanto a uma regra rígida quanto a essas faixas que deverão passar por um processo de avaliação contínua. (OLIVEIRA, 2002, p. 104)

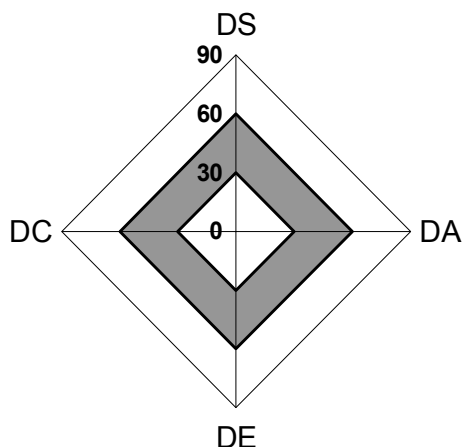
Inserido no mesmo contexto, segue concluindo o a explanação sobre a interpretação dos resultados obtidos.

Primeiramente, por ser à busca da sustentabilidade um processo de melhoria contínua, se uma organização estiver, pela pontuação obtida na aplicação do instrumento proposto, localizada dentro da faixa “organização insustentável”, que isso cause indignação de seus gestores e que essa indignação com a necessária sensibilização seguida da conscientização da necessidade de uma mudança de paradigma da organização para sua longevidade motivem a organização, num processo de aprendizagem, à busca da melhoria contínua. (OLIVEIRA, 2002, p. 104)

Sugere ainda, em seu método de avaliação, que cada organização trabalhe primeiro a faixa de sustentabilidade onde teve o menor desempenho e buscando sempre a melhoria contínua em todas as faixas a partir de um processo de priorização definido pela política da organização.

A figura a seguir permite a visualização imediata da localização da

organização objeto de análise, nas quatro dimensões propostas e a partir da política estabelecida, priorizar as ações e seus esforços para melhoria contínua.



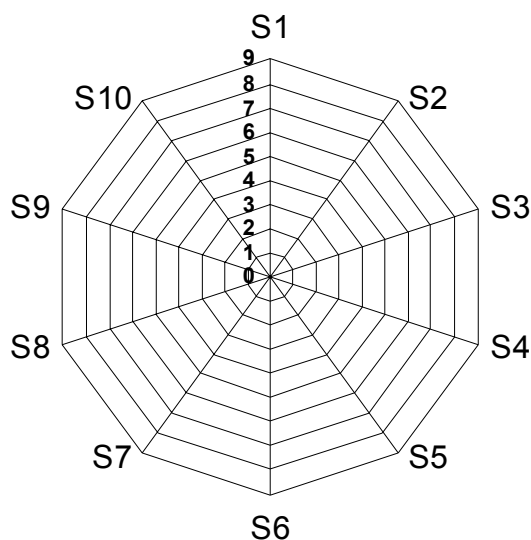
Fonte: (OLIVEIRA, 2002, p. 105)

FIGURA 06: Representação das dimensões e valoração que o método prescreve

Onde: DS – Dimensão Social DE – Dimensão Econômica
 DA – Dimensão Ambiental DC – Dimensão Cultural

A visualização gráfica facilita a identificação das oportunidades de melhoria contínua e definição de políticas com vista a sustentabilidade da organização. Estas políticas podem ser determinadas pela própria organização, ou então, serem demandadas pela própria sociedade que convive e sente o impacto das políticas da organização. Segundo Oliveira (2002, p. 106), “o método proposto é uma forma de priorizar o indicador que deverá ser objeto de melhoria”. Seguindo na mesma linha, afirma que como sendo a melhoria contínua um processo sistêmico e, a interferência em um indicador pode trazer benefícios, não somente no ponto de intervenção, mas para outros indicadores, da mesma ou de outra dimensão de sustentabilidade com a qual tenha interface direta ou indireta.

Na figura a seguir, representada por um gráfico do tipo radar, pode-se identificar os indicadores a serem priorizados por ações corretivas e preventivas.



Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade
Sustentabilidade Social	S1- Geração de emprego e renda
	S2 - Ética organizacional
	S3 - Participação em entidade de classe e desenvolvimento regional
	S4 - Programas de prevenção de acidentes e doenças para os envolvidos
	S5 - Capacitação e desenvolvimento de pessoas
	S6 - Programas para a melhoria da qualidade de vida
	S7 - Projetos sociais
	S8 - Sistema de trabalho socialmente aceitos
	S9 - Interação com a sociedade
	S10 - Políticas de responsabilidade social e saúde e segurança

Fonte: (OLIVEIRA 2002, p. 107)

FIGURA 07: Representação gráfica da dimensão social

Concluindo, Oliveira propõe que o método seja um importante instrumento e possa ser aplicado em diferentes organizações ou atividades.

O método proposto pode ser aplicado em qualquer tipo de organização, independente do tipo de atividade e porte, uma vez que todas elas buscam a sustentabilidade de seu negócio, da mesma forma que sua aplicação pode ser efetivada por qualquer profissional, desde que familiarizado com os indicadores sugeridos e que a organização, objeto de análise, disponha de registros a partir de seus processos de gestão de qualidade, ambiental, saúde e segurança e responsabilidade social ou preferencialmente de registro de um modelo integrado para a tomada de decisão. (OLIVEIRA, 2002, p. 108)

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

A metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a serem adotados para se obter os conhecimentos sobre um fato ou acontecimento. O conjunto de procedimentos como a realização de entrevistas, aplicação de questionários, a observação de comportamento e o exame de documentações, no período de maio a outubro de 2004, são partes intrínsecas do método a ser utilizado. Este capítulo apresentará a metodologia da pesquisa, procedimentos metodológicos, e em seguida, o método de procedimento a ser adotado. Também será apresentado o método adotado para avaliar a sustentabilidade da atividade rural do município de Marechal Cândido Rondon, a partir das políticas públicas adotadas.

3.1 Procedimentos Metodológicos

Para Trujillo (1974, p. 171), a pesquisa tem como objetivo “tentar conhecer os fenômenos que ocorrem no mundo existencial”. A busca incansável e estruturada na busca de respostas o por quê e como os fenômenos acontecem.

A classificação da pesquisa realizada baseou-se na obra de Silva & Menezes (2000, p. 20), “que estabelece quatro maneiras para a classificação de uma pesquisa científica: quanto aos objetivos, quanto à forma de abordagem, quanto à natureza e quanto aos procedimentos adotados pelo pesquisador”.

3.1.1 Quanto ao Objetivo

Quanto aos objetivos, Gil (1994, p. 45) diz que: "... é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratória, a descritiva, e a explicativa".

O presente trabalho situa-se na categoria de pesquisa exploratória, pelas características do mesmo em relação à aplicação do método em uma organização ainda não avaliada. Segundo Gil (1994, p. 39), "a compreensão do fato se torna possível a partir da revisão bibliográfica, o levantamento do processo pesquisado e a vivência com o problema". Neste tipo de pesquisa, busca-se desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para formulação de novas abordagens, proporcionando maior conhecimento do pesquisador sobre o assunto, visando à formulação de novas soluções e hipóteses para estudos futuros.

3.1.2 Quanto a Abordagem da Pesquisa

A abordagem da pesquisa do trabalho envolverá a coleta de dados qualitativos da organização e segundo Chizzotti (1995, p. 78), a pesquisa qualitativa "é uma designação que obriga correntes de pesquisa muito diferentes, que se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental". Para Godoy (1995, p. 58), "a pesquisa qualitativa não utiliza ferramental estatístico na análise dos dados". Por essência, a pesquisa qualitativa procura compreender os fenômenos segundo o ponto de vista de todos os atores envolvidos com a realidade objeto de análise.

O ponto de partida da pesquisa qualitativa é a observação em relação ao fato

observado, com atenção para todos os detalhes praticados pelos atores envolvidos, pois são estes detalhes que vão dar qualidade ao resultado final.

3.1.3 Quanto a Natureza

Segundo os autores Silva & Menezes (2000, p. 20), “a pesquisa objetiva gerar o conhecimento para aplicação prática em soluções de problemas específicos”. Dentro dessa premissa, classifica-se a natureza da pesquisa do presente trabalho com sendo pesquisa aplicada, pois propõe, a partir da análise dos resultados a mudança de postura dos gestores na tomada de decisão futura.

3.1.4 Quanto aos Procedimentos Adotados

O trabalho enquadra-se na classificação de **pesquisa bibliográfica** elaborada a partir de: livros publicados, teses, artigos, textos da internet e de um **estudo de caso**, com a aplicação do método M.A.I.S., no município de Marechal Cândido Rondon. Para Gil (1996, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla da aquela que poderia pesquisar diretamente”. Para Triviños (1992, p. 133), “o estudo de caso por analisar profundamente a sociedade, empresa, pessoas ou comunidade, não admite visões isoladas, parceladas e estanques”.

O desenvolvimento do trabalho caracteriza-se por três fases distintas: a exploratória, a de coleta de dados e de análise e interpretação de dados.

- a) Fase exploratória: fizeram-se as revisões bibliográficas relativas ao tema, tratando a sustentabilidade, as teorias administrativas gestão rural, política pública, estatuto da cidade e descrição do método M.A.I.S.
- b) Fase de coleta de dados: num primeiro momento, foi feita a avaliação documental dos procedimentos adotados pela organização. Para Godoy (1995, p. 60), a análise documental é uma fonte de consulta não reativa, sendo esta uma grande vantagem, pois reflete a posição exata que se encontra a instituição em relação ao fato. No Segundo momento, aplicaram-se entrevistas semi-estruturadas aos atores da organização diretamente envolvidos, com o objetivo de avaliar o comprometimento da organização em relação sustentabilidade das políticas rurais adotadas.
- c) Fase de análise e interpretação dos dados: são de caráter qualitativo, pois pretendem revelar a multiplicidade de dimensões que envolvem a organização analisada.

Sintetizando, a pesquisa passa pela revisão bibliográfica, pela percepção do problema e a definição do método, pela escolha da atividade produtiva, pela análise documental, pela coleta de dados e pela análise e interpretação dos dados.

3.2 Descrição do Estudo

Inicialmente definiu-se o tema, problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais foram baseados no estudo de caso do município de Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná.

Em seguida, iniciou-se a fundamentação teórica através de pesquisa a bibliografias existentes, de forma contínua e sistematizada, envolvendo os assuntos

de gestão ambiental, conceitos de gestão, políticas públicas, métodos de avaliação, entre outros. Buscou-se com isto utilizar um enfoque sistêmico como método de abordagem, para compreensão e discussão dos fenômenos analisados.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios a cerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. (SERVO e BERVIAN, 1996, p. 48)

A percepção do problema passou pela necessidade de identificar um método capaz de medir qualitativamente a sustentabilidade de uma organização nos mais diversos quesitos. O método M.A.I.S, propõe-se a ser a ferramenta para fazer esta avaliação.

A escolha da organização a ser avaliada deu-se por alguns indicadores sociais como sendo os melhores do Brasil e por ser o município aberto a novas formas de gestão. Estrategicamente, inicialmente a pesquisa foi apresentada aos gestores do município, ressaltando os objetivos do trabalho, sendo a proposta aprovada e os dados existentes colocados à disposição do pesquisador. Estabeleceu-se a forma de coleta destes dados e o roteiro para a análise documental. Para as entrevistas, escolheram-se os atores diretamente envolvidos nos processos.

A análise documental concentrou-se em verificar nos registros das secretarias e as ações que a tornaram diferenciada a qualidade de vida da população. Levantaram-se também informações sobre os investimentos em qualificação nos processos de gestão, segurança, questões ambientais, saúde, qualidade de vida, e políticas públicas para área rural. O objetivo deste levantamento teve a preocupação de verificar se a organização atua de forma reativa ou pró-ativa.

A coleta dos dados deu-se através de pesquisas semi-estruturadas, diretamente com os atores envolvidos nas secretarias municipais.

A análise e interpretação dos dados foram efetuadas a partir ponderação de cada um dos indicadores de sustentabilidade das políticas públicas municipais para a agricultura. Com a base de dados estruturada, possibilitou-se a análise das informações que comprovaram o grau de diferenciação da organização em relação a sua expectativa e em relação ao futuro da comunidade que vive no município.

CAPÍTULO 4 – APLICAÇÃO DA PROPOSTA NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

4.1 Histórico do Município de Marechal Cândido Rondon

O Município de Marechal Cândido Rondon faz parte da Mesorregião Geográfica do Oeste Paranaense, latitude 24° 33' 00" sul e longitude 54° 04' 00" W-GR e microrregião Toledo. Emancipou-se do município de Toledo em 25 de julho de 1960, através do Decreto Lei Estadual nº 4.245. Possui atualmente uma área de 575,81 km². Segundo Weirich (2004, p. 10), “a cidade de Marechal Cândido Rondon localiza-se sobre o divisor de águas do Arroio Fundo e Arroio Guaçu sobre a cota altimétrica de 420 m acima do nível do mar”.

O relevo é predominantemente suave-ondulado (45%), ondulado (30%), com regiões de áreas planas (15%) e forte-onduladas (10%). A solos são derivados de basalto, profundos e bem drenados, predominando o Latossolo Roxo Eutrófico, com 48% da área, seguido de Terra Roxa Estruturada (32%), Latossolo Roxo Distrófico (14%), associação de Solos Litólicos Eutróficos (3%) e Hidromórficos Gleisados Indiscriminados (3%). O clima é subtropical úmido e varia entre 14° C e 28°C.

Em 1945 a Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá, adquiriu os direitos sobre a vasta gleba de terras da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, não com o objetivo da exploração de terras, mas da compra e venda e comércio em geral, agricultura, pecuária, a extração, beneficiamento e exportação de madeira.

A Companhia adotou uma política de divisão territorial e de assentamento de agricultores, preocupando-se em assentar os colonos de acordo com sua região de

origem, etnia e religião, formando núcleos de colonização bastante dinâmicos.

Os primeiros moradores foram os colonos gaúchos e em parte os catarinenses, os quais eram descendentes de imigrantes de alemães e italianos.

Um destes núcleos iniciou a derrubada em 07 de abril de 1950, que originou a sede do Município de Marechal Cândido Rondon, que tem seu nome em homenagem ao desbravador Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cognominado de “Município da Produção” pela sua agricultura e pecuária, aliados a agroindústria que representam seu crescimento destacado em âmbito nacional.

Até a década de 60, a produção agrícola do município era baseada na suinocultura e a partir dos anos 70, teve início um desenfreado desmatamento, visando a processo de modernização tecnológica, produzindo principalmente a soja e o trigo. Este processo gerou o êxodo de arrendatários, meeiros e pequenos proprietários do interior do município, além da degradação do solo, contaminação e assoreamento dos rios e fontes, intoxicação de agricultores pelo uso indiscriminado de agrotóxicos no meio rural.

Nos anos 80, houve um processo de diversificação apoiado por políticas públicas municipais. A reintrodução da bovinocultura de leite, o cultivo da mandioca e a suinocultura como atividades econômicas importantes para o meio rural do município.

A população do município é de 41.014 habitantes, sendo que destes, 31.250 residem na área urbana e 9.764 estão na área rural. (IBGE, Censo 2000). O município conta com 24 escolas municipais, 12 estaduais e abriga um campus da Universidade Estadual do Oeste paranaense - UNIOESTE e atualmente duas faculdades privadas. O orçamento anual do município é de aproximadamente R\$ 36 milhões.

A economia do município está voltada diretamente para a agricultura, que tem como base à produção de alimentos. O município possui hoje uma base econômica sólida não somente com a agricultura, mas também com a agropecuária, suinocultura, piscicultura e na agroindústria. Com a abertura de novos pólos e a privilegiada posição geográfica da região, vem se observando um crescente aumento de indústrias na região. Desde a época da colonização, as agroindústrias já se aproveitavam da matéria prima existente como: o beneficiamento da madeira para construção de moradias, aumentando o capital de giro da colonizadora, e surgiram também os primeiros moinhos os quais transformavam o trigo e milho em farinha.

Com a grande produção agrícola e pecuária da região, em 1963 um grupo de rondonienses instalaram a primeira indústria o Frigorífico Rondon, em 1966, com o crescimento do plantio da soja, instalou-se a indústria de óleos Vegetais S/A. Mas com a frustração de safra ocorrida em 1978, o município percebeu a importância da instalação de novos pólos (empreendimentos), para que não dependessem exclusivamente da agricultura, incentivando assim a diversificação agrícola. A área rural concentra-se basicamente em pequenas propriedades, sendo que grande parte destas buscam hoje o desenvolvimento rural sustentável aliado com a qualidade de vida da população rural. (WEIRICH, 2004, p. 25)

Atualmente o município dispõe de colaboradores como a Copagrill, Emater, Acempre/Capa, que atuam diretamente com a assistência direta a agricultura familiar, visando a sustentabilidade dessas famílias nas áreas rurais, com uma vida digna e próspera. Marechal Cândido Rondon é uma cidade dinâmica construída pelo trabalho de descendentes de alemães que fizeram deste, um lugar para trabalhar e viver. Anualmente acontecem duas festas bem típicas e tradicionais do povo alemão, a “Oktoberfest” e o “Boi no Rolete”.

A qualidade de vida dos rondonenses é uma das melhores do país, possui as menores taxas de desemprego do país e é a 3ª do Paraná em qualidade de vida. A expectativa de vida do município ultrapassa os 71 anos, a renda per capita é superior a R\$ 235,00/mês. Oitenta e cinco por cento dos adultos são alfabetizados. O Índice de Desenvolvimento Humano IDH-M é de 0,83% ao ano.

Dentre as políticas públicas do município para a agricultura com utilização de recursos do orçamento municipal, destacam-se abaixo as principais:

- a) 40 máquinas e implementos que trabalham nas propriedades dos agricultores por hora;
- b) A Assistência técnica conta com dois técnicos agropecuários, um técnico florestal, um médico veterinário, um engenheiro florestal;
- c) Análise química do solo, feita através da parceria com a UNIOESTE;
- d) Distribuição de adubo orgânico com caminhão até as propriedades;
- e) Fábrica do agricultor (Embutidos e Defumados e Derivados de cana de açúcar);
- f) O local disponibilizado para 30 famílias venderem seus produtos na Feira dos produtores, que acontece duas vezes por semana;
- g) Transporte escolar gratuito para os filhos dos agricultores que estão em idade escolar.

4.2 Levantamento dos Dados Para Análise do Estudo de Caso

No transcorrer da pesquisa foram levantados os dados referentes a sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural; necessários para a análise da sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural do município de Marechal Cândido Rondon. Dos dados e indicadores coletados, foram escolhidos alguns para compor a análise e conclusões do presente trabalho.

4.2.1 Aspectos Econômicos do Município

A tabela a seguir possibilita visualizar a importância da agricultura e pecuária na base econômica do Município. Têm-se como destaques principais na pecuária a bovinocultura leiteira que está bem pulverizada entre a maioria dos agricultores.

Item	Produção local em ton/ano	Produção transformada no município (ton/ano)	% agregado sobre o valor Matéria Prima	Volume exportado do Município sem agregar valor	Nº de produtores	Plantel Cabeças (cb) área (há)	Produtividade média (Kg/há)	% VBP Municipal (5)
Leite	85.000	146.000	52	25.300	2.300	26.000	12 lt/cb	18
Bovino Corte	3.510	264	30	25		8.500	20 ar/cb	1
Soja	91.000	320.000	24	50.000	2.000	28.300	3.000	19
Milho	66.000	40.000	10	16.000	2.390	23.000(1)	6.500	14
Frango	7.200	0	0	7.200	33	650.000(2)	2 Kg cb	6
Suíno	125.000	0	0	12.000	168	133.500 cb 11.330 Matriz	-x-	36
Peixe	356	1.500	50	0	75		4,5 ton/ano	0
Mandioca(3)	72.600	60.000	150	12.600	1.250	2.200	33 ton/há	3
Trigo(4)	3.345	30.000	20	- 26.655	110	1.500	2.230	1
Mel	81	30	10	50	800	9.000 colméia	14 Kg/co	0

Fonte: Fórum de Desenvolvimento de Mal. Rondon (2002-2004)

(1) dados referentes ao milho, safra e safrinha 2002/2003

(2) aves alojadas, dados referente 2004

(3) dados referente à média até o ano 2002

(4) dados referente à safra 2001/2002

(5) Valor Bruto de Produção do município - VBP: 161.290.628 em 2002

QUADRO 08: Volume de produção e agregação de valor da produção municipal

No tocante a produção e transformação do leite constatam-se, que as indústrias locais transformam 61.000 toneladas a mais do que é produzido no município. A produção anual local é de 85.000 toneladas e cerca de 30% deste volume é vendido in-natura para outros municípios. Isto significa que um volume de 59.000 toneladas do leite, produzido no município é transformado nas indústrias locais.

A transformação de leite agrega 52% de valor sobre o custo da matéria prima na indústria. As empresas transformadoras obtêm uma margem líquida de 2 a 5% na

transformação do leite in-natura em: leite tipo C, leite longa vida, queijo, doce de leite, manteiga, creme de leite, soro de leite e outros derivados. A atividade leiteira gera 18% do VBP do município, atingindo cerca de 2.300 produtores, com uma média anual de 3.600 litros.

A produção de bovinos de corte do município é originária de animais de leite, formada principalmente, por um plantel de fêmeas e machos, correspondente a 10.000 cabeças, descartados pelos produtores, e que são engordados no sistema de semi-confinamento. O plantel de animais de raças de corte, criados a campo, é estimado em 2.000 cabeças. Além disso, há um descarte de 15% a 20% de vacas todos os anos, o que corresponde a 4.500 cabeças. O município não tem abatedouro municipal ou outro abatedouro com SIF, destinado ao abate de gado.

A produção de soja no município é em sua maior parte, 55% da produção vendida para empresas de outros municípios ou segue diretamente para exportação. As empresas locais de comercialização de grãos buscam a exportação da soja em função da não tributação de PIS e COFINS. Para suprir a demanda local, as indústrias adquirem de outros municípios e estados cerca de 280.000 toneladas de soja, para a transformação do grão em farelo de soja e óleo bruto de soja. O óleo bruto é vendido para o mercado interno de refinação, enquanto o farelo é exportado ou vendido para fábricas de ração. A agregação de valor no processo de transformação da soja in-natura para óleo bruto e farelo de soja é em média de 19%.

Da produção total de milho, 190.000 toneladas, 30.000 toneladas / ano são transformadas nas indústrias de ração do município, onde o milho representa em média 30% da formulação da ração. A fabricação da ração no município destina-se,

principalmente, aos bovinos, suínos, aves e peixes. O restante da produção é vendida para outros municípios.

O município possui 33 produtores de frango de corte, com um total de 42 aviários, com capacidade de alojamento de 650.000 frangos (ciclo médio de 45 dias). O plantel de frangos de corte consome 13.320 toneladas de ração ao ano, toda ela produzida fora do município. Da produção total de frangos de corte, 95% é vendida para o frigorífico da Sadia de Toledo e o restante para o frigorífico Globoaves de Cascavel.

A produção de suínos no município é feita no sistema integrado, principalmente pelas empresas: FRIMESA, SADIA E CEVAL/SEARA. O quadro abaixo relata a situação atual do plantel de suínos do município.

Total de Matrizes	Total de Leitões	Total de animais terminação (cb)	Leitões exportados (cb)	Consumo de ração ton.	Produtores levantados
11.330	215.322	133.510	81.822	53.472	168

Fonte: Fórum de Desenvolvimento de Mal. Rondon (2002-2004)

QUADRO 09: Situação da criação de suínos no município

A produção de suínos não gera agregação de valor no município porque toda produção é processada nos frigoríficos instalados em outros municípios. A suinocultura ocupa o lugar mais importante na geração do VBP do município, contribuindo com 36% do total.

A piscicultura é responsável por uma produção anual de 356 toneladas, sendo que deste total, 60 toneladas são vendidas para o frigorífico local e o restante é abatido nas propriedades ou revendido para os pesque-pague do município e da região. O frigorífico local abate cerca de 1.500 ton/ano da espécie tilápia, que são compradas em outros municípios. A produção de filé de peixe tilápia rende cerca de 30% sobre o peso do peixe vivo gerando 26 toneladas de filé resfriado por mês; com destino o mercado norte-americano.

A produção de mandioca que é de 72.600 ton/ano, tem 82,5% da produção sendo transformada nas indústrias locais e 17,5%, vendido “*in natura*” para outros municípios. A cultura está bem distribuída no município, mobiliza 1.250 produtores. Embora o volume produzido seja grande, a participação percentual do VBP municipal corresponde a apenas 3%.

A apicultura é importante atividade sócio-econômica e ambiental; tendo em vista o crescente mercado externo do mel e a demanda pela produção ecológica de produtos, a apicultura se insere como alternativa de renda para os agricultores e exploração em áreas de proteção ambiental e reserva legal. Contribuição importante traz o reflorestamento de matas ciliares e reservas legais utilizando espécies com potencial apícola, outro fator importante pode ser a motivação, consciência e redução das resistências dos produtores para a questão ambiental no que se refere aos 20% de reserva legal exigida pela legislação. A produção por colméia ainda é muito baixa e pode evoluir muito com programas de treinamento e incentivo a aplicação de novas tecnologias.

4.2.2 Aspectos Sociais do Município

O desenvolvimento social do município é muito bom se comparado ao de seus vizinhos. O índice de desenvolvimento humano por município - IDH-M é de 0,829 ao ano. Comparando o IDH-M com o peso do valor bruto da produção – VBP dos produtos agropecuários pode-se inferir novas avaliações, conforme quadro a seguir.

Município	Bovino de Corte	Frango de corte	Leite	Mandioca	Algodão	Milho Safra	Milho Safrinha	Soja	Suínos	Trigo	Ovos	IDH-M
Mal. Rondon	1	6	18	3	0	7	7	19	36	1	0	0,829
Quatro Pontes	1	2	12	2	0	4	7	17	54	0	0	0,850
Toledo	1	19	4	0	0	2	3	21	38	3	0	0,827
Jesuítas	1	12	3	0	8	2	8	57	4	9	4	0,761

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – IBGE, Censo 2000.

QUADRO 10: Participação % do VBP e IDH-M dos municípios

A comparação com alguns municípios da região, feita no quadro acima, demonstra que a diversificação de atividades implica numa melhor distribuição da renda e bem-estar geral da população do município. O município de Marechal Cândido Rondon, ainda mantém 23,8% da população residindo diretamente na área rural. Considerando que muitas pessoas que residem em áreas urbanas dos distritos e do próprio município e tem como atividade econômica única a agricultura, este percentual será ainda maior.

No quadro a seguir são apresentados dados com relação à população rural do município de Marechal Cândido Rondon.

Município	População rural	População total	População rural %	Total de Famílias no meio rural do Município	Total de Famílias no Município	Taxa de Pobreza Rural no Município	Taxa de Pobreza Rural do Paraná	Jovens rurais	Famílias rurais Pobres	Taxa de Envelhecimento rural do Município	Taxa de envelhecimento do Paraná
Mal. Rondon	9.761	41.007	23,8	2.996	12.586	3,8	6,88	659	477	7,87	6,71

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – IBGE, Censo 2000.

QUADRO 11: População rural e índice de alfabetização no município

A pobreza no meio rural, embora represente índices inferiores aos do Estado, torna-se preocupante, necessitando de políticas municipais adequadas para elevar o padrão de vida dessas pessoas, inserindo-as no contexto econômico do município.

No quadro a seguir, pode-se visualizar a quantidade de produtores rurais por tamanho de propriedade, no município de Marechal Cândido Rondon.

Tamanho das Propriedades Rurais	Quantidade de Proprietários	Quantidade de Hectares
De 01 a 10 hectares	1.480	5.320
De 11 a 20 hectares	984	13.915
De 21 a 50 hectares	945	26.460
De 51 a 100 hectares	106	7.632
De 101 a 200 hectares	04	545
De 201 a 500 hectares	01	220
Total	3.520	54.092

Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Marechal Cândido Rondon – 2004

QUADRO 12: Distribuição das propriedades rurais por tamanho

Pelos dados do quadro anterior, percebe-se que 70% dos produtores rurais possuem propriedades com tamanho de até 20 hectares, sendo a característica predominante do município, o minifúndio. As características da colonização, a fertilidade dos solos, fizeram com esta característica, de minifúndios, permanecessem desde a colonização até os dias atuais. Denota-se também que no município há uma boa distribuição fundiária, não havendo concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários.

O Governo municipal coloca a disposição dos agricultores 40 máquinas e equipamentos que trabalham nas propriedades executando os serviços de: construção de silos, terraplanagem para construções zootécnicas, açudes, conservação de solos, bebedouros, abertura de valetas, esterqueiras, preparação do solo para plantio, adubação do solo com caminhão distribuidor de adubo orgânico líquido e qualquer outro serviço solicitado pelo produtor rural. O poder público municipal cobra o valor correspondente a 20 litros de diesel por hora trabalhada, para todos os serviços, exceto conservação de solos que é cobrada a proporção de 40 litros de diesel por hora trabalhada.

Descrição	Custo para o agricultor	Quantidade de agricultores atendidos
Serviços de terraplanagem	40 litros de diesel	207
Distribuição de adubo orgânico líquido	10 litros de diesel	395
Demais serviços	20 litros de diesel	550

Fonte: Secretaria da Agricultura

QUADRO 13: Quantidade de agricultores atendidos em 2003, por modalidade de serviço

Os custos cobrados dos agricultores estão bem abaixo dos preços praticados pelo mercado. Os pedidos de máquinas são atendidos por localidade e no caso dos caminhões distribuidores e tratores agrícolas, por ordem de pedido.

Além do incentivo acima descrito, existem ainda mais dois convênios que possibilitam aos agricultores receber máquinas e equipamentos em comodato, sendo que para isto, os agricultores devem se organizar em grupos e encaminhar o pedido à secretaria de agricultura e política ambiental, que providenciará os projetos necessários. O convênio com a Itaipu Binacional prevê o repasse de parte dos recursos para aquisição de distribuidores de adubo líquido e sólido. Neste modelo, os pedidos dos agricultores são encaminhados à Itaipu, que os analisa e libera parte dos recursos para aquisição. A prefeitura organiza os agricultores treinando-os e repassando todo o regulamento de utilização. A responsabilidade pela manutenção das máquinas e dos equipamentos é dos agricultores, cabendo aos agricultores fazer um relatório mensal de utilização. Já o convênio com o Governo Estadual, através do programa Paraná 12 meses, prevê a ajuda com 50% do valor das máquinas e equipamentos adquiridos. Os projetos de aquisição dos agricultores são organizados pelo EMATER-Paraná e são encaminhados para o Conselho regional do Paraná 12 meses para aprovação. O grupo de agricultores beneficiados fica responsável pela manutenção.

A disponibilização de local para 30 famílias venderem seus produtos na feira dos produtores, que acontece duas vezes por semana, em parceria com o sindicato

rural. O programa está tendo cada vez mais adesões, permitindo que os agricultores possam comercializar suas hortaliças diretamente aos consumidores, sem intermediários, melhorando sua condição de vida através da geração de renda e ao mesmo tempo trazendo comodidade e produtos de qualidade aos consumidores. Todos estes atendimentos realizados pelo poder público municipal e a distribuição equipamentos visam: a diminuição do custo de produção, facilitar o serviço no campo, à volta do associativismo e o principal, a manutenção do homem no campo.

4.2.3 Aspectos Culturais do Município

No município de Marechal Cândido Rondon a educação fundamental é prioridade e para isso, todas crianças que moram em áreas rurais tem transporte gratuito até uma escola na região urbana.

Município	População Total	População rural	Total de domicílios	Total de Famílias no meio rural do Município	Taxa de Alfabetização com + 10 anos - no município	Taxa de Alfabetização com + 10 anos - no Paraná	Estabelecimentos de saúde no município	Estabelecimentos de saúde, públicos do município	Estabelecimentos de ensino no município	Estabelecimentos municipais de ensino
Mal. Rondon	41.007	9.761	11.983	2.996	96%	91,4%	23	11	39	24

Fonte: IBGE, Censo 2000.

QUADRO 14: População rural, nível de escolaridade e serviços de saúde

Percebe-se que o nível de escolaridade, do Município em relação ao Estado é superior em 4,6%, sendo que somente 4% da população municipal com mais de 10 anos de idade é analfabeta. Entre os agricultores adultos, este índice tende a ser maior, pelas dificuldades encontradas no passado para se deslocar até uma escola e principalmente pelas condições sócio-econômicas desfavoráveis. Neste sentido, é necessário que o poder público municipal realize constantes investimentos em

treinamentos e cursos visando à implementação de novas tecnologias sustentáveis para o setor. O município coloca a disposição dos produtores rurais uma assistência técnica que conta com dois técnicos agropecuários, um técnico florestal, um médico veterinário e um engenheiro florestal. A área da saúde conta com 23 instituições, sendo que 11 destas fazem atendimentos pelo SUS. São registrados atendimentos de qualidade para toda população, mesmo os que residem na zona rural.

O transporte das crianças até a zona urbana para estudar tem provocado uma preocupação no meio rural, pois temem os pais que mais tarde os filhos não queiram mais trabalhar na agricultura em função do contato com a cidade, estimulando os filhos dos agricultores a saírem da agricultura para a cidade onde as condições de vida são melhores.

Os cursos técnicos existentes no município não estão voltados para a administração rural e nem tão pouco as faculdades oferecem esta perspectiva. Existe na Uniãoeste um curso de agronomia que forma profissionais não absorvidos pelo mercado local, pois as possibilidades de emprego fora da cidade são muito maiores e com remunerações mais vantajosas. A educação fundamental e técnica devem oferecer alternativas aos filhos dos agricultores, preparando-os para suceder seus pais na administração da propriedade, pois o mercado cada vez mais vai exigir profissionais preparados, mesmo no setor rural.

Além de o ensino regular, o município está constantemente oferecendo cursos e treinamentos para os agricultores, visando melhorar a competitividade dos produtos de origem agrícola. Neste sentido, o projeto da fábrica do agricultor visa reunir os produtores para a produção em grande escala. Os produtos priorizados são embutidos, defumados, derivados de cana-de-açúcar e produção de mel. São fornecidas todas as condições para produzir produtos de qualidade, desde

treinamento para produção até auxílio para a comercialização dos produtos.

4.2.4 Aspectos Ambientais Município

O poder público municipal possui plena consciência da importância que a variável ambiental tem para o futuro das gerações, principalmente a contribuição do setor rural neste sentido. Para contribuir e estimular os agricultores a protegerem o meio ambiente, o poder público, através de suas políticas, implementa ações que visem:

- a) conservação do solo: fornecendo máquinas e equipamentos para execução dos serviços nas propriedades rurais, protegendo assim os rios e as nascentes;
- b) análise química do solo: em parceria com a Unioeste, onde o produtor tem, num prazo de quinze dias o laudo da análise do solo, sem custo algum ao produtor, evitando com isto gastos desnecessários com adubação química e melhorando a produção agrícola;
- c) distribuição de adubo orgânico com caminhão nas propriedades, estimulando assim a diminuição do uso de adubos químicos, por consequência, diminuindo a pressão sobre o meio ambiente.

Além destas políticas de proteção ambiental, o poder público está estimulando o cumprimento da legislação federal que prevê a permanência de 20% da mata, reserva legal, e a manutenção das matas ciliares, para isto, em todas as transferências de propriedade e execução de projetos que necessitem autorização ambiental, é exigido o reflorestamento, caso o proprietário não tenha os 20% exigidos por lei.

4.3 Aplicação do Método Proposto e Interpretação dos Dados

No quadro a seguir aplicar-se-á o método proposto para análise de sustentabilidade das políticas públicas para cada item, conforme definido no subtítulo 2.6, fazendo a comparação entre a pontuação obtida pelo município e a pontuação máxima possível. Esta análise possibilitará localizar as políticas públicas do município dentro das faixas de sustentabilidade propostas no método e principalmente, identificar as oportunidades de melhoria na implantação de políticas públicas para o setor rural, a partir dos indicadores utilizados para cada uma das dimensões.

Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade	Item	Pontuação máxima	Critérios			Pontuação
				E	I	V	
Sustentabilidade Social	Geração de emprego e renda	S1	9	3	2	2	7
	Ética organizacional	S2	9	2	1	1	4
	Participação em entidade de classe e desenvolvimento regional	S3	9	2	1	1	4
	Programas de prevenção de acidentes e doenças para os envolvidos	S4	9	2	1	1	4
	Capacitação e desenvolvimento de pessoas	S5	9	2	1	1	4
	Programas para a melhoria da qualidade de vida	S6	9	3	2	2	7
	Projetos sociais	S7	9	3	1	1	5
	Sistemas de trabalho socialmente aceitos	S8	9	2	2	2	6
	Interação com a sociedade	S9	9	2	1	1	4
	Políticas de responsabilidade social e saúde e segurança	S10	9	2	2	2	6
Subtotal			90				51
Sustentabilidade Ambiental	Política de gestão ambiental	A1	9	3	1	1	5
	Avaliação de aspectos e impactos ambientais do negócio	A2	9	2	1	1	4
	Preparação para emergências	A3	9	1	0	0	1
	Ações corretivas e preventivas	A4	9	2	2	1	5
	Avaliação do desempenho global	A5	9	1	0	0	1
	Avaliação de riscos	A6	9	2	1	1	4
	Avaliação de oportunidades	A7	9	3	2	2	7
	Estratégias para desenvolvimento de tecnologias ecologicamente equilibradas	A8	9	3	2	1	6
	Análise do ciclo de vida de produtos e serviços	A9	9	1	0	0	1
	Controle operacional	A10	9	1	0	0	1
Subtotal			90				35
Sustentabilidade Econômica	Política de qualidade	E1	9	2	2	1	5
	Definição de metas e objetivos	E2	9	3	2	2	7
	Gestão de processos, produtos e serviços	E3	9	3	2	2	7
	Controle de não conformidades	E4	9	1	0	0	1
	Medição e monitoramento dos processos, produtos e serviços	E5	9	3	2	1	6
	Auditorias e análise críticas	E6	9	2	2	1	5
	Gerenciamento de riscos e crises	E7	9	1	1	0	2
	Infra-estrutura adequada	E8	9	3	2	2	7
	Registros e documentação	E9	9	2	1	1	4
	Avaliação dos resultados da organização	E10	9	2	1	1	4
Subtotal			90				48
Sustentabilidade Cultural	Incentivo à criatividade e liderança	C1	9	1	1	1	3
	Geração de cultura organizacional	C2	9	2	1	1	4
	Adequação das comunicações internas e externas	C3	9	2	1	1	4
	Comprometimento da organização	C4	9	3	2	1	6
	Avaliação de fornecedores e do mercado	C5	9	2	1	1	4
	Melhoria contínua	C6	9	3	2	2	7
	Prática do exercício da cidadania organizacional	C7	9	2	1	1	4
	Existência de código de conduta organizacional	C8	9	2	2	1	5
	Aprendizagem organizacional	C9	9	2	2	1	5
	Imagem da organização	C10	9	3	2	1	6
Subtotal			90				48
Total			360				182

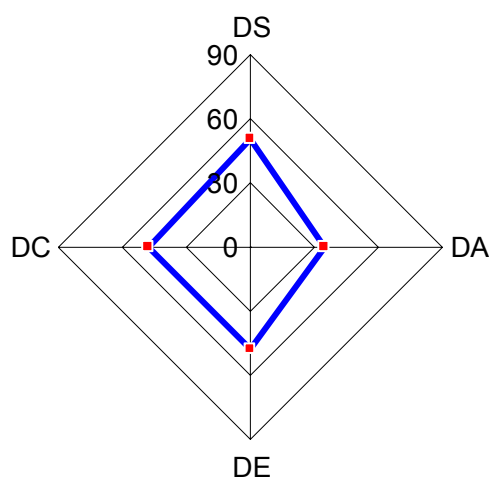
QUADRO 15: Aplicação do método para análise de sustentabilidade das políticas públicas rurais

Observação: o quadro retrata as dimensões de sustentabilidade, indicadores para análise da sustentabilidade, pontuação máxima para cada indicador e pontuação obtida pelo município objeto de análise.

Após a atribuição dos conceitos a cada um dos indicadores, permite localizar

a sustentabilidade das políticas públicas dentro das faixas de sustentabilidade, propostas no quadro 07. O total de pontos obtidos pelo município, no que tange a sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural, está dentro da faixa de sustentabilidade que tem pontuação correspondente entre 150 e 249, sendo classificada como **“Em busca da sustentabilidade”**, uma vez que na avaliação foram atingidos 182 pontos nas quatro dimensões.

Para facilitar o entendimento, a figura a seguir localiza a sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural, nas quatro dimensões analisadas através de “gráfico radar”.



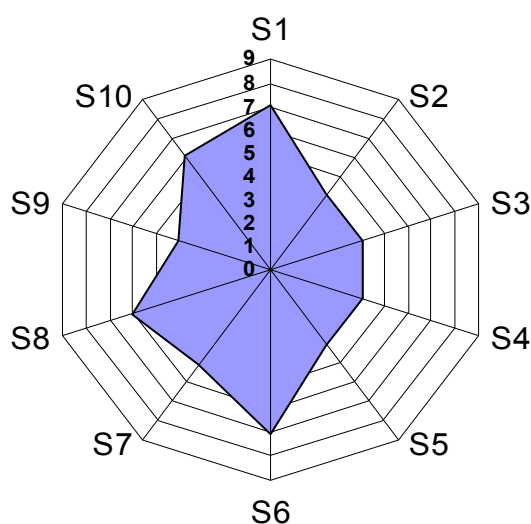
Dimensão	Pontos
DS – Dimensão Social	51
DA – Dimensão Ambiental	35
DE – Dimensão Econômica	48
DC – Dimensão Cultural	48

FIGURA 08: Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo as quatro dimensões propostas

A figura 08 sugere, pelas pontuações obtidas em cada uma das dimensões, que muito pode e deve ser feito para melhorar os indicadores de sustentabilidade, em todas as quatro dimensões analisadas; sendo mais significativa à dimensão

ambiental. Para melhor poder observar as melhorias que podem ser feitas em cada uma das dimensões, faz-se necessário uma análise de cada dimensão e seus indicadores em separado.

4.3.1 Considerações Sobre a Dimensão de Sustentabilidade Social



Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade	Item	Pontuação obtida
Sustentabilidade Social	Geração de emprego e renda	S1	7
	Ética organizacional	S2	4
	Participação em entidade de classe e desenvolvimento regional	S3	4
	Programas de prevenção de acidentes e doenças para os envolvidos	S4	4
	Capacitação e desenvolvimento de pessoas	S5	4
	Programas para a melhoria da qualidade de vida	S6	7
	Projetos sociais	S7	5
	Sistemas de trabalho socialmente aceitos	S8	6
	Interação com a sociedade	S9	4
	Políticas de responsabilidade social e saúde e segurança	S10	6

FIGURA 09: Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão social

A dimensão de sustentabilidade social é a que recebeu o maior número de pontos, 51 dos 90 possíveis, mesmo assim, percebe-se que todos os indicadores podem e devem ser melhorados. A pontuação atingida chama a reflexão do poder

público municipal principalmente para os indicadores S2, S3, S4, S5, S7 e S9, por terem atingido a menor pontuação nos três critérios de análise (E, I e V). Em todos os indicadores analisados, os fatores que contribuíram mais para diminuir a pontuação, em cada um dos indicadores, foram os critérios de implantação – I e verificação – V.

A sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural passa, necessariamente, pelo comprometimento do poder público municipal com o setor agrícola e com as preocupações com o futuro e a qualidade de vida de todos os munícipes e saindo um pouco da esfera municipal, com a qualidade de vida no planeta. Se cada um der a sua contribuição, por menor que seja, vai contribuir para um mundo melhor e possível.

Os projetos sociais que envolvem a disponibilização do espaço para a comercialização dos produtos na feira dos produtores e a fábrica do agricultor, são iniciativas que permitem aos pequenos agricultores, através da diversificação da agricultura, aumentarem sua renda. Como consequência deste processo, melhorar a qualidade de vida da sua família e da comunidade toda.

Com relação à interação do poder público municipal com o setor rural, pode-se observar conforme depoimento da agricultora, diretamente envolvida no processo.

Pensando no número de técnicos que teoricamente deveriam prestar assistência a todas as propriedades a qualidade e eficácia acaba sendo deixada de lado. Entretanto, projetos de parceira e de treinamento de agricultores difusores, faria com que as informações atingissem um maior número de pessoas, desmistificando o problema da defasagem de informação no setor agrícola. [...] O treinamento de agricultores difusores, bem como os investimentos em projetos que possam beneficiar o maior número de famílias e se possível cause o menor impacto ambiental possível. (Simone Grisa – Agricultora e estudante de Agronomia - Entrevistada)

Denota-se no depoimento da agricultora, que para o poder público poder

estar mais próximo do setor agrícola faz-se necessário, pela sugestão da entrevistada, ampliar a participação dos próprios agricultores no processo de difusão de novas tecnologias e implementação das políticas públicas, pois o quadro de técnicos do próprio município é insipiente para atender todos os agricultores satisfatoriamente. O fortalecimento das entidades representativas dos agricultores do município são fundamentais para a aproximação do poder público municipal dos agricultores.

O envolvimento dos agricultores para a participação em projetos de educação ambiental, saúde no campo e segurança no campo, irá propiciar uma maior sinergia entre o poder público municipal e os agricultores.

Nesta mesma linha de pensamento, outro ator interno, diretamente envolvido, fala sobre a importância da agregação, para melhorar a interação entre o poder público e os agricultores.

Os compromissos do município para a responsabilidade social podem ser externados pelo apoio ao associativismo, através da formação de grupos de produtores, visando à aquisição de equipamentos e maquinários em grupos, diminuindo os custos da produção. Apoio a associações de moradores do interior. (LURDES FÖRSTER, Administradora, Secretaria da Agricultura - Entrevistada).

Cita ainda a preocupação do poder público municipal com relação aos investimentos em saúde e segurança e segurança no campo.

Saúde: Instalação de redes de abastecimento de água potável, para a grande maioria dos produtores do município, pois a qualidade da água, direta ou indiretamente diz respeito à saúde do agricultor. Todos os distritos possuem postos de saúde para atender o homem do campo, evitando o deslocamento desnecessário para a sede do município.

Segurança: Segurança no meio rural, através da vigilância e o contato do policiamento com os agricultores, pois o produtor sentindo-se seguro, trabalha melhor, pois não precisa se preocupar com a segurança de sua família e de seu patrimônio. (LURDES FÖRSTER, Administradora, Secretaria da Agricultura - Entrevistada).

Em sua entrevista a atora fala ainda sobre o grande desafio para o poder público municipal.

Fixar o homem no campo em sua localidade, através de programas que o município pode manter e implantar para contribuir com o agricultor e sua família:

- a) manutenção e ampliação dos projetos e programas já existentes:
 - Programa de inseminação artificial para bovinos de leite; programa de inseminação para suínos; programa de fomento para construções zootécnicas rurais; análise de solos; programa de incentivo a piscicultura; construção de abastecedouros comunitários; conservação de solos; ampliação do sistema de abastecimento de água potável no campo; disponibilização de máquinas e equipamentos para grupos de produtores do meio rural, através de convênios estaduais e federais; disponibilização de máquinas e subsídios de horas máquinas em serviços de máquinas na área de piscicultura, terraplanagem, drenagem, silo, basão, e de outros dentro das propriedades rurais.
- b) Criação de novos incentivos:
 - programa de fomento para construções de residências rurais; industrialização no meio rural (orientação técnica para as pequenas indústrias do meio rural); disponibilização de patrulhas rurais mecanizadas (trator e implementos).
- c) Parcerias com associações e entidades ligadas à agropecuária de nosso município, buscando a disponibilização de orientação e assistência técnica aos produtores rurais.
- d) Convênio com órgãos Estaduais e Federais, na busca de recursos para a manutenção e melhoria da qualidade de vida do homem do campo. (LURDES FÖRSTER, Administradora, Secretária da Agricultura - Entrevistada).

Para outro entrevistado, diretamente envolvido, as principais carências do setor rural foram externadas pelo plano de desenvolvimento rural, onde cita as principais medidas para os próximos gestores municipais.

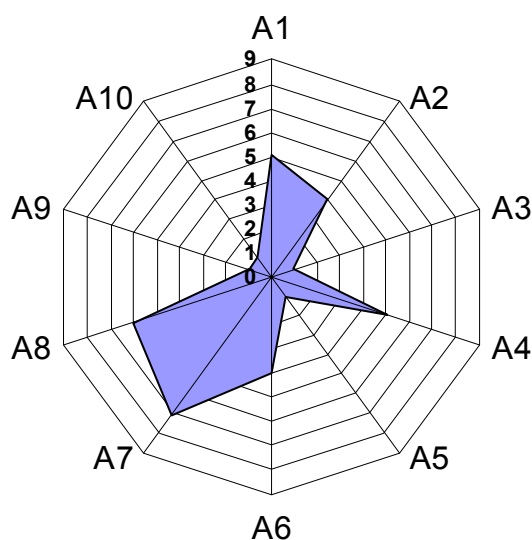
O conselho de desenvolvimento agropecuário elaborou um plano de desenvolvimento rural, com o objetivo de orientar algumas políticas chaves para o setor rural, para a próxima administração 2005/2008.

- a) Apoio à construção de casas no meio rural, para produtores e filhos de agricultores;
- b) segurança no meio rural, principalmente na região próxima ao lago;
- c) agro-industrialização e diversificação de atividades;
- d) Apoio com recurso público a fundo perdido para investimentos nas propriedades, e solução dos passivos ambientais. (Urbano T. Mertz, Agrônomo de órgãos ligados – Entrevistado)

A participação mais efetiva da secretaria da agricultura e meio ambiente e do

próprio secretário nas reuniões do conselho de desenvolvimento agropecuário – CDA e dos órgãos representativos, faria com que todos se sentissem mais envolvidos e responsáveis pelo planejamento e desta forma estando mais próximo dos agricultores. Havendo uma interação entre a comunidade e seus representantes, todos ganham com isso, principalmente as futuras gerações.

4.3.2 Considerações Sobre Dimensão de Sustentabilidade Ambiental



Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade	Item	Pontuação obtida
Sustentabilidade Ambiental	Política de gestão ambiental	A1	5
	Avaliação de aspectos e impactos ambientais do negócio	A2	4
	Preparação para emergências	A3	1
	Ações corretivas e preventivas	A4	5
	Avaliação do desempenho global	A5	1
	Avaliação de riscos	A6	4
	Avaliação de oportunidades	A7	7
	Estratégias para desenvolvimento de tecnologias ecologicamente equilibradas	A8	6
	Análise do ciclo de vida de produtos e serviços	A9	1
	Controle operacional	A10	1

FIGURA 10: Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão ambiental

Os indicadores da dimensão ambiental – DA, são os que atingiram menor

pontuação, apenas 35 de 90 possíveis. Esta dimensão, dentre todas as quatro, é a que merece mais atenção do poder público municipal, pois sugere que as políticas públicas para a agricultura podem e devem sofrer melhorias, principalmente nos indicadores A3, A5, A9 e A10, onde, pela pontuação obtida, pode-se inferir que o poder público municipal tem atuado menos.

A interação da preocupação com o meio ambiente ainda está bastante tímida, prova disto é que nesta dimensão, as políticas públicas apresentaram a menor pontuação nas quatro dimensões avaliadas. A preocupação ambiental faz parte do dia-a-dia das pessoas, mas a sua práxis ainda não encontra o eco necessário para ser efetiva. As ações do poder público, neste contexto, estão mais voltadas para:

a) conservação do solo: fornecendo máquinas e equipamentos para execução dos serviços e como consequência tem-se que os rios e as nascentes acabam recebendo a proteção necessária, pois não há mais a degradação dos solos provocados através da erosão provocada pelas chuvas;

b) Análise química do solo: A parceria com a Unioeste prevê análise gratuita do solo no prazo de 15 dias sem custo para o agricultor, tem-se um aumento na produtividade e eliminação do desperdício de adubação, pois se sabe exatamente os nutrientes que estão faltando ao solo para produzir cada cultura;

c) Distribuição de adubo orgânico com o caminhão nas propriedades: esta medida estimula o tratamento do adubo orgânico gerado na propriedade e por consequência a diminuição da utilização de adubos químicos, trazendo impactos favoráveis à diminuição do passivo ambiental gerado pela utilização de produtos químicos;

d) estímulo à conservação das matas ciliares e da reserva legal de 20%: Esta medida protege as nascentes dos rios e os próprios rios da região, que possuem um

excelente potencial para exploração turística;

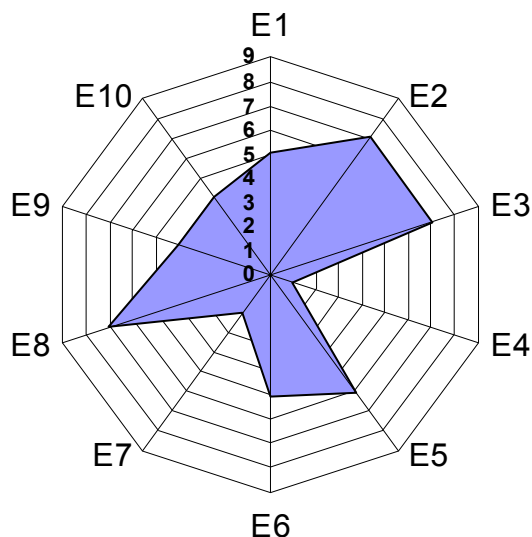
Percebe-se pela participação da comunidade diretamente envolvida, que na prática, ainda falta uma política plena para o envolvimento de todos os agricultores e comunidade, na busca de soluções para a preservação ambiental no município. Nas entrevistas, as opiniões dos próprios agricultores transmitem esta preocupação com o meio ambiente quando citam que a atuação do município com relação ao meio ambiente é “um pouco tímida, não muito atuante”, “temas muito polemizados nos pleitos eleitorais”. “Entretanto, há necessidade de propostas imediatas, de baixo custo que possam reduzir gradativamente os problemas e dificuldades que envolvem as questões ambientais” e quando perguntados sobre a participação em projetos de educação ambiental, responderam que participam de “palestras realizadas ao público geral”, “Projetos de educação ambiental, que consistem na difusão de alternativas para o controle de pragas”.

Um dos grandes desafios para sustentabilidade ambiental, apontada por um dos entrevistados é:

A preservação da capacidade de produção dos solos, biodiversidade e qualidade da água para as futuras gerações, deve ser uma ação constante do município:

- a) Investimento na reposição das matas ciliares e proteção de nascentes;
- b) constantes investimentos de combate à erosão dos solos e assoreamento dos rios;
- c) recolha de todas as embalagens antigas de agrotóxicos no município
- d) apoio efetivo a produção orgânica na agricultura, preservando a produtividade dos solos, a qualidade da água, a biodiversidade e, por outro lado, agregando mais renda aos produtores do que a agricultura convencional;
- e) apoio ao combate do uso de agrotóxicos ilegais, ou usados de forma irregular no ambiente. (Urbano T. Mertz, Agrônomo de órgãos ligados – Entrevistado)

4.3.3 Considerações Sobre Dimensão de Sustentabilidade Econômica



Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade	Item	Pontuação obtida
Sustentabilidade Econômica	Política de qualidade	E1	5
	Definição de metas e objetivos	E2	7
	Gestão de processos, produtos e serviços	E3	7
	Controle de não conformidades	E4	1
	Medição e monitoramento dos processos, produtos e serviços	E5	6
	Auditorias e análise críticas	E6	5
	Gerenciamento de riscos e crises	E7	2
	Infra-estrutura adequada	E8	7
	Registros e documentação	E9	4
	Avaliação dos resultados da organização	E10	4

FIGURA 11: Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão econômica

A figura da avaliação da dimensão econômica – DE, permite visualizar que os indicadores que merecem uma atenção especial inicialmente, são: E4 – controle de não conformidades e E7 – gerenciamento de riscos e crises. A priorização destes dois indicadores, por parte do poder público municipal, não inibe a atuação nos demais indicadores, pois ainda há muito que fazer para que esta dimensão contribua efetivamente para a sustentabilidade.

Os aspectos econômicos são favorecidos em parte pela distribuição fundiária e em parte pela diversificação praticada na agricultura, sendo os mais importantes na composição da renda do agricultor a suinocultura, com 36% do VBP municipal, seguida pela soja com 19% e a produção de leite com 18%, conforme Quadro 08. A diversificação da produção no setor rural é fator preponderante para ajudar na subsistência dos agricultores, principalmente para as pequenas propriedades que encontram na diversificação uma fonte de renda para complementar o orçamento familiar. Neste sentido, cabe aos representantes do poder público municipal estimular a participação do pequeno produtor, através cursos, treinamentos, técnicas de planejamento e administração rural, orientações para implantação de novas tecnologias limpas, incentivo para busca de parcerias e principalmente, fazendo-os participar ativamente das decisões e planejamento para o setor, através do associativismo e de entidades de classe representativas do município.

A diversificação na agricultura, principalmente nas pequenas propriedades, será uma fonte de aumento de renda e em ciclos cada vez menores. O agricultor não dependerá somente de uma ou duas fontes de renda, ele terá ao longo do ano vários produtos a serem comercializados, diminuindo os problemas que poderiam advir da quebra de safras ou de preços finais abaixo do custo de produção.

No setor agrícola, os preços dos produtos finais são estabelecidos pelo mercado, não cabendo ao produtor comercializar o produto pelo preço que desejar. Neste sentido, cabe aos produtores rurais unirem-se para busca de alternativas visando à diminuição dos custos de produção ou então formas para agregar valor aos produtos ainda na propriedade rural. Para a agregação de valor aos produtos ainda no setor rural, as políticas municipais podem e devem ser mais efetivas. O estímulo ao associativismo, ao uso de novas tecnologias para melhorar a genética e

produtividade da bovinocultura de leite e da suinocultura, a fábrica do produtor rural, a produção de hortaliças para atender o mercado consumidor urbano, a produção de mel para exportação e consumo local, são formas efetivas para aumentar a renda dos produtores rurais. Implantar políticas que visem de forma efetiva a diversificação em todas as propriedades rurais terá como conseqüências a permanência do homem no campo.

O depoimento dos entrevistados deixa bastante transparente a preocupação com o homem do campo, principalmente com relação à qualidade das políticas.

A qualidade das políticas pode ser medida na sua importância como fonte geradora de renda aos agricultores, preservação ambiental, redução do êxodo rural e qualidade de vida e bem estar das famílias e jovens do meio rural:

a) não há um plano de trabalho buscando estes resultados, mas há ações isoladas, atendendo por demanda as reclamações, pedidos dos agricultores e solicitações de associações;

b) o setor produtivo rural se desenvolve efetivamente pelas tendências do mercado de produtos agrícolas, onde este setor segue as recomendações e incentivos das empresas e cooperativas que se sustentam na venda de insumos, sementes, máquinas (antes da porteira) ou na compra dos produtos (após a porteira);

c) Como na secretaria da agricultura não estão lotados profissionais da área veterinária, zootecnista ou agrônoma, parece não haver um plano de qualidade para alavancar setores do meio rural que estão no processo de exclusão da agricultura. (Urbano T. Mertz, Agrônomo de órgãos ligados – Entrevistado).

Na agricultura, não há garantias de que no final do ciclo produtivo quando se vai comercializar o produto, o preço final estabelecido pelo mercado, vai cobrir os custos de produção. Nesta linha, a preocupação da entrevistada quando se manifesta.

Os preços mínimos dos produtos agrícolas, determinados pelo governo federal, não são suficientes para a manutenção do pequeno produtor no campo, pois o custo de produção é alto, e quando o mesmo comercializa seus produtos, muitas vezes não é suficiente para cobrir os custos feitos junto a bancos credenciados. (LURDES FÖRSTER, Administradora, Secretaria da Agricultura - Entrevistada).

No bojo desta discussão, os agricultores estão muito preocupados e diante

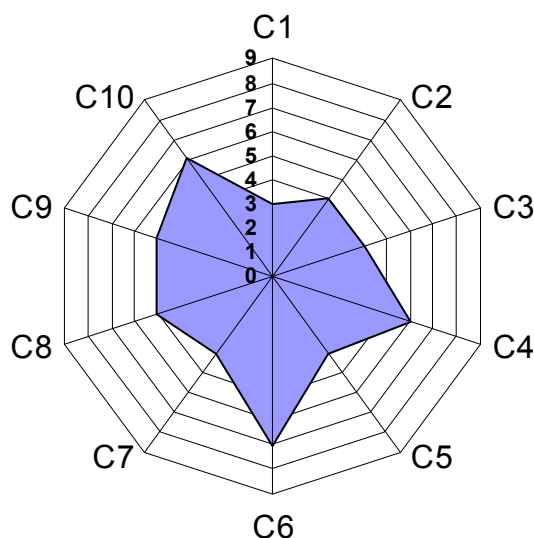
da impossibilidade de conseguir preços melhores pelos seus produtos, em procurar alternativas para diminuir os custos de produção e o aumento da produtividade. A grande maioria dos entrevistados manifestou esta preocupação. Cabe salientar o depoimento de agricultora com relação à qualidade no campo

Um dos maiores entraves da qualidade de vida no meio rural é o tamanho da área produtiva da propriedade. Assim, uma das alternativas é de cultivo de plantas que tenham, alta produção em uma pequena área, ou então que a cultura utilizada seja de ciclo curto para que seja possível produzir várias vezes ao ano, como é o caso das hortaliças. Diante disso cabe ao poder público, disponibilizar alternativa que possam dar lucro ao produtor rural. Como exemplo podemos citar: fornecimento de projetos e instalação de estufas; agroindústrias; treinamento desses agricultores e assistência técnica. [...] ou mesmo depois que uma atividade está acontecendo deve-se ainda buscar alternativas de redução de custos e aumento de produtividade. (Simone Grisa – Agricultora e estudante de Agronomia - Entrevistada)

Uma outra grande preocupação que reina no meio rural e é externada por grande parte dos entrevistados é a preocupação com sustentabilidade das políticas públicas como a agro-industrialização, pois isto pode inviabilizar as pequenas propriedades e estimular a concentração fundiária.

A sustentabilidade econômica das iniciativas agroindustriais dependerá exclusivamente das próprias empresas e cooperativas, as quais tem como compromisso gerar empregos no município e garantir retorno de ICMS. Neste sentido, pode haver retorno seguro do investimento feito, mas não garante um retorno social sustentável para o setor rural, no sentido de que poderá gerar instabilidades neste setor (tanto na dificuldade de cobrir investimento feito, como na migração de mão de obra rural para a indústria, como também na concentração de renda em poucos produtores com capacidade de investimento em mais de um aviário, que poderão comprar terra dos vizinhos – o que já acontece em outras regiões onde há grandes frigoríficos atuando). (Urbano T. Mertz, Agrônomo de órgãos ligados – Entrevistado).

4.3.4 Considerações Sobre Dimensão de Sustentabilidade Cultural



Dimensão de Sustentabilidade	Indicadores de sustentabilidade	Item	Pontuação obtida
Sustentabilidade Cultural	Incentivo à criatividade e liderança	C1	3
	Geração de cultura organizacional	C2	4
	Adequação das comunicações internas e externas	C3	4
	Comprometimento da organização	C4	6
	Avaliação de fornecedores e do mercado	C5	4
	Melhoria contínua	C6	7
	Prática do exercício da cidadania organizacional	C7	4
	Existência de código de conduta organizacional	C8	5
	Aprendizagem organizacional	C9	5
	Imagem da organização	C10	6

FIGURA 12: Localização da sustentabilidade das políticas públicas do município, segundo a dimensão cultural

A dimensão cultural – DC, teve a distribuição da pontuação obtida mais homogênea, não se destacando um ou outro indicador a ser priorizado. Por outro lado e pela pontuação obtida, 48 do total de 90, e dentro do contexto de que a classificação está como sendo “em busca da sustentabilidade”, todos os indicadores merecem igual atenção.

Após a explanação e demonstração das quatro dimensões de sustentabilidade para as políticas públicas do município para o setor rural, de

Marechal Cândido Rondon, denota-se que de forma um pouco mais ou menos intensa a necessidade de atuação em todos os indicadores, nos aspectos que envolvem a melhoria contínua para tornar as políticas públicas sustentáveis ao longo do tempo.

A pontuação atribuída em cada um dos indicadores de sustentabilidade foi efetuada a partir da análise documental disponível, interação do pesquisador com o processo produtivo e pelo sentimento que os entrevistados expuseram, o que permite ampliar a análise e fazer novas considerações sobre cada uma das dimensões.

O fortalecimento de ações que incentivem a criatividade, a liderança, o comprometimento e provoquem a melhoria contínua em todos os processos no setor agrícola, são fundamentais para valorizar o homem do campo.

O transporte escolar de todas as crianças do meio rural para as escolas municipais dos centros urbanos ajuda a solucionar os problemas de acesso a educação no meio rural, que existia desde o início da colonização. No entanto, o problema ainda perdura entre os mais velhos, pois em sua grande maioria, principalmente pela distância até as escolas e pela necessidade de ajudar na lavoura, não concluíram o ensino básico. O processo educativo é fundamental para que o homem possa acompanhar toda evolução tecnológica que está sendo implantada no campo.

Envolver os agricultores, principalmente os pequenos produtores rurais, a participarem de cursos técnicos sobre a implantação de novas tecnologias é fundamental para a sobrevivência do homem no campo. Aprender com os próprios agricultores, através da troca de experiências, ou então pela participação de eventos através das entidades representativas só faz melhorar a qualidade de vida

de todos.

O município está bem servido de universidades, tem uma instituição pública e duas instituições privadas instaladas, no entanto, há somente um curso voltado para o setor rural este está na instituição pública, onde a concorrência do vestibular inibe a entrada dos alunos sem condições de se preparem adequadamente. O município poderia estimular a instalação de um curso superior voltado para administração das propriedades rurais, criando alternativas para que os filhos dos agricultores pudessem freqüentar este curso.

Uma das grandes preocupações entre todos os agricultores entrevistados é a de perder seus filhos para os meio urbano. Em depoimentos, eles estão preocupados, pois os filhos vêm desde muito cedo estudar na cidade e são formados para entrar no mercado de trabalho urbano e seus atrativos, onde segundo eles há maior oferta de emprego.

A geração de cultura organizacional pode ser estimulada através da participação dos agricultores e de seus filhos em reuniões de comunidades, sendo o associativismo uma alternativa para trazer a tona os problemas do seu entorno, estabelecendo prioridades e participação efetiva no processo de elaboração do planejamento municipal.

A preocupação com a representação política também pode auxiliar na forma de participação do setor rural no estabelecimento das políticas públicas.

Acontece que os agricultores têm direito a escolha de seus líderes (prefeitos e vereadores), isto posto, o que deveria acontecer é que todas as reivindicações seriam entregues a estes líderes para que eles, conforme a legislação, estabeleçam regras para políticas públicas. (Simone Grisa – Agricultora e estudante de Agronomia - Entrevistada)

Com relação à imagem do poder público em relação às políticas públicas, os depoimentos são mais contundentes e de uma forma geral todos os entrevistados,

principalmente agricultores vêm como pouco atuante e pouca preocupação com o que acontece neste setor. Neste sentido, os grandes desafios para a sustentabilidade do setor agrícola são:

Criar políticas de longo prazo com participação efetiva dos produtores, para que sejam sujeitos do processo. (Remi Sander, Acempre, entrevistado)

[...] É muito importante à participação em reuniões de associações ou sindicatos para assim estarem cientes de toda a legislação e deveres que envolvem o meio rural. Saber seus direitos para não ser lesado pelo simples fato de não ter buscado informações a respeito da atividade que estão desenvolvendo. Isto é muito comum no meio agrícola onde pessoas se aproveitam da ingenuidade do pobre agricultor para prejudicá-lo de alguma forma. As cooperativas também são uma alternativa para o agricultor já que, ele é acionista da empresa, e no caso dos serviços prestados não sejam feitos com qualidades ele pode reclamar e sugerir soluções que estas serão apreciadas por uma comissão, também de agricultores e deliberadas por estes se for o caso. (Simone Grisa – Agricultora e estudante de Agronomia - Entrevistada)

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A proposta do presente trabalho contém em seu bojo modelo de gestão para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural do município de Marechal Cândido Rondon, através da aplicação do método M.A.I.S., que tem como proposta quatro dimensões: a Social, a Ambiental, a Econômica e a Cultural. Este trabalho foi desenvolvido a partir de um referencial teórico, de pesquisa documental, de entrevistas com os atores envolvidos no processo e da interação do pesquisador. O método de avaliação proposto busca identificar formas de visualizar a posição das políticas públicas em relação às dimensões e seus indicadores propostos. Como resultado, tem-se uma avaliação que reflete a sustentabilidade das políticas públicas para o setor rural, possibilitando identificar as oportunidades de melhoria, visando a perpetuação e melhoria de qualidade de vida homem do campo.

5.1 Conclusões com Relação aos Objetivos Propostos

A seguir são apresentados os resultados entre a materialização dos objetivos específicos propostos e os resultados obtidos, com a finalidade de servir de referência para a busca da sustentabilidade no meio rural.

Com relação ao objetivo específico de determinar os indicadores para medir a eficácia da implantação das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, foi atingido, pois o método de avaliação proposto no item 2.6, na medida em que possibilita localizar o grau de sustentabilidade das políticas públicas do município, dentro das quatro dimensões e de seus indicadores de sustentabilidade sugeridos, indicando ainda onde buscar melhorias.

Quanto ao objetivo de detectar a influência das políticas públicas na gestão rural sustentável, foi alcançado, pois a partir da coleta de dados e das entrevistas, tornou-se possível identificar a influência e a importância que o poder público municipal exerce na definição das diretrizes para o setor rural, visando a busca da sustentabilidade.

No que tange o terceiro objetivo específico, identificar os pontos críticos na implantação das políticas públicas rurais sustentáveis no município, também foi atingido, com a interpretação da pontuação atingida em cada uma das quatro dimensões e seus respectivos indicadores e com as sugestões propostas pela comunidade, permite identificar os pontos a serem melhorados no estabelecimento das políticas públicas e no relacionamento do poder público com o setor rural.

Neste contexto, observa-se que os objetivos específicos propostos foram alcançados, e que o objetivo geral de: propor modelo de gestão para avaliar a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura, também foi integralmente atingido.

5.2 Conclusões com Relação às Políticas Públicas

Para que o planejamento municipal se torne realmente eficaz, é necessário que todos os envolvidos: poder público municipal, sociedade organizada e famílias estejam totalmente comprometidos, pois serão diretamente afetados por todos os seus atos.

A preocupação com o meio ambiente e a implementação de novas tecnologias possibilita uma significativa economia de energia e principalmente de recursos naturais, contribuindo sobremaneira na preservação do ecossistema.

Com a implantação de políticas públicas municipais bem definidas, calcadas no desenvolvimento rural sustentável e principalmente elaboradas com a participação de todos, pode a comunidade ter acesso a bens e serviços que permitem melhorar as condições de vida. Além disto, o processo educativo deve gerar profundas mudanças, pois todos os habitantes envolvidos estarão profundamente sensibilizados e comprometidos com a elaboração de políticas públicas sustentáveis.

5.3 Recomendações Para o Poder Público Municipal

Pela análise dos dados coletados e pelos depoimentos coletados, ficou evidenciado que para alcançar a sustentabilidade, o poder público pode e deve promover melhorias em todas as quatro dimensões. Percebe-se, neste contexto, algumas carências, para as quais recomenda-se:

a) Interação com a sociedade

Praticar mais o processo de gestão participativa, envolvendo toda a sociedade, através das entidades representativas e da comunidade em geral. A implantação de uma política rural sustentável no município deve ser feita à luz de um planejamento que contemple uma gama de indicadores relativos aos aspectos econômicos, ambientais, culturais e sociais em sua totalidade, conforme proposto pelo presente trabalho. Neste processo é fundamental que se busque o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, fóruns de desenvolvimento, associações, sindicatos, órgãos dos governos estaduais e federais, para a elaboração das políticas e priorização das ações a serem tomadas.

A aproximação do poder público municipal com a comunidade com a qual se

integra, faz com que surjam novas formas de fazer com eficiência e eficácia, uma vez que o método proposto está baseado em registros e principalmente na percepção e sentimentos das pessoas que fazem parte da comunidade.

b) Política de gestão ambiental

A questão ambiental pode e deve ser priorizada no âmbito do município e neste sentido é fundamental o processo educativo, desde o ensino fundamental, passando pelo ensino médio, ensino superior e, principalmente, atingir as pessoas da comunidade que já não freqüentam mais a escola e que são as maiores responsáveis pela geração de passivos ambientais. Neste sentido é fundamental a atuação do poder público municipal na sensibilização e conscientização dos produtores rurais, para questões como: preservação das fontes e rios, erosão, matas ciliares, reserva legal e uso de tecnologias limpas. Ficou evidente a preocupação com as gerações futuras, no entanto, pela falta de estímulos ou políticas públicas efetivas, estas questões não são consideradas prioritárias, embora sabendo que o futuro das gerações dependa das medidas adotadas no presente.

c) geração de renda para os agricultores

Todas as medidas e melhorias que forem adotadas em qualquer um dos indicadores passam, necessariamente, pela preocupação econômica, que em suma é a fonte motivadora da subsistência do agricultor. Estimular o agricultor a implantar novas tecnologias visando diminuir os custos de produção, é condição para obter o êxito.

d) Estrutura fundiária e diversificação

A distribuição fundiária do município é boa, no entanto, muitos agricultores estão preocupados, pela pouca terra disponível e a baixa renda gerada na

propriedade e de perder seus sucessores para as cidades. A alternativa para manter o agricultor, principalmente o pequeno agricultor no campo, é estimular a diversificação nas pequenas propriedades rurais aliando a isto o cultivo de culturas com ciclos produtivos menores, para possibilitar o aumento e uma maior constância na renda gerada. Neste sentido, projetos como a fábrica do agricultor, a produção de hortaliças; de forma orgânica, para atender o mercado urbano, a produção de mel em reservas legais, a piscicultura, são formas para incrementar a renda dos pequenos produtores.

e) Estímulo ao associativismo

Estimular os agricultores a se unirem para adquirir equipamentos, implementos, comercializar os seus produtos e para participar do processo de planejamento são formas efetivas de melhoria contínua no processo de sustentabilidade das políticas públicas do município.

f) Agregação de valor aos produtos

A industrialização dos produtos no próprio município é fundamental para a geração de receita para o município e empregos. Por outro lado, não pode ser esquecida a agregação de renda aos produtos ainda na propriedade do agricultor, quer seja pela qualidade, pelo selo de produto orgânico ou pelo melhoramento genético dos animais e plantas. Para isto, o poder público deve ter em seus quadros, profissionais das mais diversas áreas, não deixando este compromisso para as cooperativas e órgãos do governo estadual e federal.

g) Infra-estrutura

A estrutura viária para escoamento da safra é boa, no entanto, para poder melhorar as condições no campo e facilitar o acesso a todas as propriedades, principalmente em dias de chuva, a alternativa de calçamento ou asfalto, poderia

sobremaneira trazer melhorias para o meio rural e principalmente a instalação de pequenas indústrias de transformação e agregação de valor no meio rural. Neste contexto, o turismo rural também seria beneficiado, já que o município possui muitas alternativas turísticas para exploração.

São necessárias mudanças culturais, sociais, econômicas e ambientais para que as políticas possam ser cada vez mais sustentáveis, garantindo assim um respeito à natureza e melhoria na qualidade de vida dos habitantes do município.

5.4 Recomendações Para Trabalhos Futuros

A partir dos resultados obtidos neste trabalho, ficou evidenciado que o método pode ser aplicado em outros segmentos e para outros municípios que queiram se aprofundar e proporcionar um entendimento das suas deficiências nas dimensões: social, ambiental, econômica e cultural. A fim de complementar os conhecimentos atuais e tornar mais cristalina a questão do desenvolvimento sustentável, seguem as sugestões para trabalhos futuros e pesquisas:

- a) Aplicar o método para as políticas e diretrizes públicas do setor urbano;
- b) Avaliar a sustentabilidade da implantação de uma nova tecnologia, sob os aspectos social, ambiental, econômico e cultural;
- c) Avaliar de forma global, a sustentabilidade de toda organização municipal.
- d) Estudar a relação entre a sustentabilidade e o nível de diversificação da produção no setor rural.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, S.G. **Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Agricultura**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.

ALMEIDA, S.G. PETERSEN, P; CORDEIRO, A. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2000.

BELLO, C.V.V. **ZERI – Uma Proposta para o Desenvolvimento Sustentável com o Enfoque na Qualidade Ambiental Voltada para ao Setor Industrial**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond. 2002.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 2000, 6ª Ed.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e Sociais**. São Paulo: Ed. Cortez, 2ª ed 1995.

CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2002 3ª Versão <http://www.cndrs.org.br>

CRISTOPHER, Flavin. **Estado do Mundo 2002**. Salvador: Uma, 2002.

DELGADO, Guilherme Costa e outros. **Agricultura e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Serviço Editorial do IPEA, 1990.

DJSGI – DOW JONES SUSTAINABILITY GROUP INDEXES. **Guide to the Dow Jones Sustainability Group Indexes** – version, September 2000. In <Http://www.sustainability-index.com.methodology> .

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 4ª ed., 1994.

GODOY, A S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo, Era, 1995.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local, desafios de**

um processo em construção. Recife, Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Desenvolvimento Urbano e Gestão Municipal: Plano Diretor em Municípios de Pequeno Porte.** 1992

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente – Agenda 21.** Curitiba IPARDES, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agricultura Sustentável, subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira.** Brasília, 2000.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade, para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, João Hélio Righi de. M.A.I.S - **Método para avaliação de indicadores de sustentabilidade Organizacional.** Tese de Doutorado. Florianópolis, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir.** São Paulo. Vértice, 1986.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o Século XXI.** São Paulo. Nobel, 1993.

SCHNEIDER, E. **Gestão ambiental Municipal: preservação Ambiental e desenvolvimento sustentável.** In Encontro Nacional de Engenharia de Produção. São Paulo, 2000.

SILVA, E. L. & MENEZES, E.M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3ª Ed. Florianópolis, UFSC. 2001.

TREVIÑOS, T. **A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, José Eli da. **A Face Rural do Desenvolvimento.** 1 Edição. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

WEID, J. M. von der. **Fome em meio à abundância.** Rio de Janeiro: FASE, 1997.

WEIRICH, Udilmar Lins. _____ Ed. Germânica, 1ª Edição 2004

<http://www.agricultura.gov.br> acesso em 18/03/04

<http://www.itaipu.gov.br/> acesso em 05/08/04

<http://www.mcr.pr.gov.br/> último acesso 15/10/04

<http://www.pr.gov.br/ipardes/> acesso em 05/08/04

<http://www.ibge.gov.br/> acesso em 20/03/04

História e Atualidades – Perfil de Marechal Cândido Rondon

Secretária da Agricultura e do Abastecimento de Marechal Cândido Rondon

ANEXO A

Entrevistas com os atores ligados ao processo produtivo do estudo de caso, aplicado no município de Marechal Cândido Rondon. Entende-se por atores e interessados no processo produtivo: Secretário da agricultura e meio ambiente, assessores, funcionários da secretaria, agricultores do município, Emater, Ibama e Acempre. Cada entrevista terá em torno de 10 perguntas para cada entrevistado.

SECRETÁRIO, ASSESSORES e FUNCIONÁRIOS

PREÂMBULO

1. Nome: _____
 2. Idade: _____
 3. Formação : _____
 5. Quanto tempo você trabalha para o município ? _____
-
1. Quais são as principais políticas públicas do município para o setor rural ?
 2. Há investimentos municipais em programas de qualidade no setor rural ?
 3. Há investimentos municipais em programas de proteção ao meio ambiente, saúde e segurança no trabalho no setor rural ?
 4. Com relação ao Meio ambiente, houve atuações dos órgãos fiscalizadores ao município, pelo descumprimento da legislação ambiental ?
 5. Com relação a saúde e segurança ocupacional, houve atuações dos órgãos fiscalizadores ao município, pelo descumprimento da legislação trabalhista ?
 6. As atuais políticas públicas para o setor rural são suficientes para gerar o desenvolvimento rural sustentável ?
 7. Quais são os grandes desafios do Município para a sustentabilidade do setor agrícola ?
 8. Quais os compromissos do município para a responsabilidade social, mais especificamente no setor rural ?
 9. Como a sociedade enxerga a atuação do Município com relação a qualidade dos serviços prestados, cuidados com o meio ambiente, responsabilidade social e a imagem da organização ?
 10. Quais são os planos para o futuro com relação a qualidade, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional para o setor rural ?
 11. O estabelecimento das políticas públicas a serem priorizadas é feito de forma participativa ou centralizada ?

ÓRGÃOS LIGADOS A SECRETARIA (Emater, Ibama, Acempre,, associações e Sindicato dos Trabalhadores rurais)

PREÂMBULO

1. Nome: _____
 2. Idade: _____
 3. Formação : _____
 4. Quanto tempo você trabalha no órgão ? _____
-
1. Quais políticas públicas do município para o setor rural você conhece ?
 2. Existe qualidade nos serviços prestados pelo poder público municipal para a agricultura ?
 3. Como você vê o tratamento que o poder público municipal dá a questão do meio ambiente, saúde e segurança do trabalho, no setor agrícola ?
 4. O que você sugeriria para que o poder público municipal possa estar mais próximo dos agricultores ?
 5. Você acredita que as políticas públicas do município para o setor rural, estabelecidas pelo município, são um exemplo a ser seguido pelos outros municípios ? Por quê ?
 6. Você acredita que as políticas públicas municipais para o setor agrícola município são sustentáveis ?
 7. Você acredita que o poder público do município pratica a responsabilidade social, mais especificamente no setor rural ?
 8. Quais são os grandes desafios do poder público municipal para a sustentabilidade do setor agrícola ?
 9. Como você vê a atuação do poder público municipal com relação ao meio ambiente ?
 10. A sociedade tem participação no estabelecimento das políticas públicas a serem implementadas no setor agrícola ?

AGRICULOTRES

PREÂMBULO

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Formação : _____
5. Quanto tempo é produtor rural no município ? _____

1. Quais políticas públicas do município para o setor rural você conhece ?
2. Existe qualidade nos serviços prestados pela poder público municipal para o setor agrícola ?
3. Como você vê o tratamento que o poder público municipal dá a questão do meio ambiente, saúde e segurança do trabalho no setor agrícola.?
4. Você participa de algum programa/projeto de educação ambiental, saúde e segurança ocupacional ?
5. O que você sugeriria para que o poder público municipal possa estar mais próximo dos agricultores ?
6. Você acredita que as políticas públicas do município para o setor rural, estabelecidas pelo município, são um exemplo a ser seguido pelos outros municípios ? Por quê ?
7. O que o município precisa fazer para melhorar a qualidade de vida no campo ?
8. O poder público municipal incentiva a participação dos agricultores no estabelecimento das políticas públicas para o setor rural ?
9. Quais são os grandes desafios do poder público municipal para manter o agricultor no campo ?
10. Como você vê a atuação do poder público municipal com relação ao meio ambiente ?
11. Os agricultores tem participação no estabelecimento das políticas públicas a serem implementadas no setor agrícola ?